



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
TOCANTINS  
CAMPUS COLINAS DO TOCANTINS - TO  
LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO**

**JUDSON FRANCIEL BARROS SILVA**

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO *CAMPUS* COLINAS DO TOCANTINS DO IFTO:  
UM OLHAR PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**COLINAS DO TOCANTINS-TO  
2023**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
TOCANTINS  
CAMPUS COLINAS DO TOCANTINS - TO  
LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO**

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO *CAMPUS* COLINAS DO TOCANTINS DO IFTO:  
UM OLHAR PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Tocantins, Campus Colinas  
do Tocantins, como exigência para a  
conclusão do Curso de Licenciatura em  
Computação.

Orientador(a): Prof. Me. Edinho Benésio  
Santos

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins**

---

S586e Silva, Judson Franciel Barros  
A Educação Inclusiva no Campus Colinas do Tocantins do IFTO :  
Um Olhar Para as Pessoas com Deficiência / Judson Franciel Barros  
Silva. – Colinas do Tocantins, TO, 2023.  
72 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Computação)  
– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins,  
Campus Colinas do Tocantins, Colinas do Tocantins, TO, 2023.

Orientador: Me. Edinho Benésio Santos

1. Inclusão. 2. Educação Inclusiva. 3. Pessoa com Deficiência. I.  
Santos, Edinho Benésio. II. Título.

**CDD 004**

---

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins  
de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a).

A todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a minha jornada acadêmica. Especialmente aos meus pais, familiares, amigos e professores, cujo apoio, incentivo e orientação foram essenciais para o meu crescimento e conquistas.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, que me concedeu saúde, força e sabedoria durante toda a jornada deste trabalho de conclusão de curso. Sua presença constante e orientação divina foram fundamentais para superar os desafios e alcançar os resultados apresentados neste TCC.

Agradeço aos meus pais, cujo amor incondicional e dedicação incansável me sustentaram durante toda a caminhada. Vocês são minha fonte de força e minha inspiração diária.

Não posso deixar de agradecer ao meu orientador, Prof. Me. Edinho Benésio Santos, por sua orientação dedicada, conhecimento e paciência. Suas orientações e sugestões foram de inestimável valor para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus amigos, verdadeiros companheiros de jornada, que compartilharam risos, lágrimas e desafios ao longo desses anos. Suas presenças tornaram os momentos acadêmicos mais leves e significativos.

Agradeço também meus professores, que me guiaram com sabedoria e conhecimento, desafiando-me a ir além e explorar novos horizontes. Suas orientações e ensinamentos foram fundamentais para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Agradeço a todas as pessoas que lutam diariamente pela inclusão e pela igualdade de oportunidades, especialmente às pessoas com deficiência. Seu exemplo de resiliência e determinação me inspirou a buscar uma sociedade mais justa e inclusiva.

Quero expressar um agradecimento especial ao meu querido tio, Delio Peres de Barros (Rocine), que infelizmente veio a falecer. Ele foi uma presença marcante em minha vida, sempre me incentivando a continuar estudando e perseguindo meus sonhos. Suas palavras de encorajamento e seu apoio incondicional foram fundamentais para minha motivação e determinação. Mesmo que não esteja mais presente fisicamente, seu legado de incentivo e amor perdurará em meu coração para sempre.

Gostaria de fazer um agradecimento especial ao professor Gelson André Schneider. Em momentos de dúvidas e dificuldades, ele esteve ao meu lado, oferecendo orientação e apoio. Sempre que pensei em desistir, suas palavras de estímulo me motivaram a seguir em frente. Sua dedicação, conhecimento e comprometimento com a minha formação acadêmica foram fundamentais para o meu crescimento intelectual e pessoal. Sou imensamente grato pela sua presença em minha vida e pelo impacto positivo que você teve em minha trajetória acadêmica.

Por fim, agradeço a mim mesmo, por ter perseverado, enfrentado obstáculos e alcançado essa etapa importante da minha formação acadêmica. Que esta conquista seja apenas o início de uma jornada repleta de realizações e aprendizados. Que estes agradecimentos representem meu profundo reconhecimento e gratidão a todos que contribuíram para o meu desenvolvimento como estudante e como pessoa. Muito obrigado(a) a todos!

Investir em inclusão escolar é o que vai educar nossa sociedade para quebrar essa roda da exclusão e incluir as pessoas com deficiência em todos os lugares.

Andréa Werner

## **RESUMO**

Esse estudo visa investigar se o IFTO Campus Colinas do Tocantins proporciona um ambiente acessível para as pessoas com deficiência, fazendo uma análise e reflexão sobre a acessibilidade para as pessoas com deficiência no mesmo. Para os fins da pesquisa, foi utilizada a metodologia de análise documental, ressaltando a importância da inclusão dentro do Instituto Federal do Tocantins, Campus Colinas do Tocantins. Durante a pesquisa, foram analisadas legislações vigentes voltadas à inclusão e documentos disponibilizados pela instituição. No primeiro momento, foi realizada uma pesquisa sobre a história da pessoa com deficiência e o conceito de inclusão desde os tempos antigos até a atualidade. Em seguida, foi analisada a inclusão por parte da educação brasileira. Por último, foi feita uma análise do próprio Campus Colinas do Tocantins e os seus feitos para averiguar se de fato o mesmo pode ser considerado inclusivo. Diante disso, tornou-se possível a análise e a reflexão sobre fatores importantes que envolvem a inclusão de pessoas com deficiência dentro do ambiente educacional do campus. Sendo assim, através dos parâmetros expostos na pesquisa, conclui-se que o Campus Colinas do Tocantins possui um ambiente inclusivo, que atende às principais necessidades específicas das pessoas que possuem algum tipo de deficiência.

**Palavras-chaves:** Inclusão. Educação Inclusiva. Pessoa com Deficiência.

## **ABSTRACT**

This study aims to investigate whether the IFTO Campus Colinas do Tocantins provides an accessible environment for people with disabilities, making an analysis and reflection on accessibility for people with disabilities in it. For the purposes of the research, the methodology of document analysis was used, emphasizing the importance of inclusion within the Instituto Federal do Tocantins, Campus Colinas do Tocantins. During the research, current legislation aimed at inclusion and documents made available by the institution were analyzed. At first, a survey was carried out on the history of people with disabilities and the concept of inclusion from ancient times to the present. Next, inclusion by Brazilian education was analyzed. Finally, an analysis was made of the Colinas do Tocantins Campus itself and its accomplishments to find out if in fact it can be considered inclusive. Given this, it became possible to analyze and reflect on important factors that involve the inclusion of people with disabilities within the educational environment of the campus. Therefore, through the parameters exposed in the research, it is concluded that the Campus Colinas do Tocantins has an inclusive environment, which meets the main specific needs of people who have some type of disability.

**Keywords:** Inclusion. Inclusive education. Person with Disability.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas

AEE – Atendimento Educacional Especializado

CF/88 – Constituição Federal do Brasil de 1988

CID – Coordenação de Inclusão e Diversidade da Reitoria

CNAPNE- Coordenação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

CORDE- Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

CORES – Coordenação de Registros Escolares

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFTO- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins ou Instituto Federal do Tocantins

LBI- Lei Brasileira de Inclusão

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC- Ministério da Educação

NBR- Norma Técnica Brasileira

NEE – Necessidades Educacionais Especiais

PCD- Pessoa com Deficiência

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PNE- Portador de Necessidades Específicas/Especiais

PNEEPEI – Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva

PNIPPD- Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

PNPDPD – Política Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência

SRM- Salas de Recursos Multifuncionais

TA- Tecnologias Assistivas

TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação

## SUMÁRIO

|                                                                                                      |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| PRÓLOGO                                                                                              | 11 |
| INTRODUÇÃO                                                                                           | 19 |
| CAPÍTULO I - DA HISTÓRIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS AO CONCEITO DE INCLUSÃO                        | 21 |
| 1.1 Uma análise sobre as pessoas com deficiência na cultura egípcia, grega e romana.                 | 21 |
| 1.2 Da história das pessoas com deficiências ao conceito de inclusão                                 | 25 |
| 1.2.1 Do conceito de inclusão ao seu marco legal                                                     | 26 |
| 1.2.2 O Modelo Social da Deficiência                                                                 | 28 |
| 1.2.3 Carta Magna                                                                                    | 30 |
| 1.2.4 Declaração de Salamanca                                                                        | 32 |
| 1.2.5 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/9394-96)                                   | 33 |
| 1.3 Lei Brasileira de Inclusão (LBI)                                                                 | 35 |
| 1.3.1 Barreiras urbanísticas, arquitetônicas e nos transportes                                       | 37 |
| 1.3.2 Barreiras tecnológicas: comunicação e informações                                              | 39 |
| 1.3.3 Barreiras atitudinais aos deficientes: doença ou diferenças?                                   | 40 |
| CAPÍTULO II - UM OLHAR INCLUSIVO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA                 | 44 |
| 2.1 Inclusão na educação de pessoas com deficiência                                                  | 45 |
| 2.2 A política especial na perspectiva inclusiva                                                     | 46 |
| 2.3 Papel do professor na educação inclusiva: atendimento educacional especializado                  | 47 |
| CAPÍTULO III - A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO IFTO – CAMPUS COLINAS DO TOCANTINS                            | 51 |
| 3.1 Do lugar ao objetivo do Campus Colinas do Tocantins para uma educação inclusiva                  | 51 |
| 3.2 Os desafios da educação inclusiva com pessoas deficientes no Campus Colinas do Tocantins do IFTO | 54 |
| 3.3 Tecnologias assistivas (TA) na educação inclusiva do Campus Colinas do Tocantins do IFTO         | 56 |
| 3.4 O IFTO Campus Colinas do Tocantins é realmente inclusivo?                                        | 64 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS                                                                                 | 67 |
| REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA                                                                             | 69 |

## PRÓLOGO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso aborda a temática de educação inclusiva, que faz parte da minha trajetória de vida e de estudante, sobretudo durante minha jornada no curso de Licenciatura em Computação, no Campus Colinas do Tocantins, do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Tocantins.

Compartilho que minha infância foi marcada por um grande desafio. Quando tinha apenas seis meses de idade, fui diagnosticado com uma das doenças mais raras do mundo, a Osteogênese Imperfeita (OI), também conhecida como “ossos de vidro”, “doença de Lobstein” ou “doença de Ekman Lobstein”, identificada no código internacional das doenças como CID-10, Q-78.0. Minha mãe relata que minha primeira fratura ocorreu após cair da rede. Desde então, tive que lidar com a fragilidade óssea e suas consequências em minha vida cotidiana.

Durante minha infância, tive a oportunidade de correr, brincar e pular como qualquer outra criança, porém, com o tempo, a quantidade de fraturas nas pernas afetou minha estrutura óssea, levando-me a utilizar uma cadeira de rodas. Além das dificuldades físicas, tive que lidar com o preconceito, o que me fez pensar em desistir diversas vezes. Conviver com uma doença rara que, a qualquer momento, podia resultar em uma nova fratura, era uma realidade constante na minha vida.

Desde cedo, aprendi a superar limites e obstáculos. Não seria fácil conviver com a Osteogênese Imperfeita, mas eu não desisti. A dor era constante e se tornou mais difícil durante o ensino fundamental. Estudar enquanto lidava com a dor de uma fratura era um desafio diário. Recordo-me de uma ocasião em que minha professora se dispôs a levar as atividades escolares em minha casa, entendendo as minhas limitações. Ainda assim, persiste e superei essa fase difícil da minha vida.

Desde a infância, estudar foi uma das coisas que mais amei, e ler livros sempre foi meu forte, especialmente obras literárias como Dom Quixote de Miguel de Cervantes. Eu costumava observar meus professores dando aulas e me imaginava um dia sendo professor também, pois sempre acreditei que o conhecimento deve ser compartilhado, não guardado apenas para si. Sempre fui apaixonado por informática, e a combinação entre essa área e a docência foi exatamente o que eu precisava para encontrar minha vocação: o ensino de informática.

Embora tenha enfrentado inúmeras dificuldades durante meus estudos, consegui superá-las e hoje estou aqui, prestes a concluir um novo capítulo na minha jornada

acadêmica, que teve início em 08 de agosto de 2016, quando fui aprovado no processo seletivo para cursar Licenciatura em Computação.

**Educação Básica** - Eu iniciei meus estudos em uma escola particular, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Pastor Jonas Ribeiro de Souza, no município de São Geraldo do Araguaia - PA. No entanto, devido a problemas de saúde, tive que interromper meus estudos por um tempo.

Quando retornei à escola, comecei novamente da primeira série na Escola Municipal de Ensino Fundamental Limirio Rodrigues de Amorim, onde estudei até concluir meu Ensino Fundamental. Essa foi, sem dúvida, a etapa mais difícil de toda a minha jornada estudantil.

Tive que me dedicar ainda mais para recuperar o tempo perdido e para me adaptar às novas turmas e colegas de classe. Além disso, precisei superar algumas dificuldades, como defasagem de conteúdo.

Desde a primeira série até a quarta série, eu consegui andar normalmente, apesar das dificuldades que enfrentava. Às vezes eu mancava, mas isso não me impedia de continuar estudando. Naquela época, como ainda era uma criança, eu não me preocupava muito com esses problemas e não pensava em desistir.

Quando cheguei na quinta série, as coisas começaram a ficar realmente difíceis para mim. Foi quando comecei a perder a força na estrutura óssea e, por consequência, não conseguia mais ficar de pé. Para ir e voltar da escola e até mesmo para andar na cidade, eu precisei começar a usar um par de chinelas nas mãos e outro nos pés, andando de forma quadrúpede.

Essa fase da minha vida foi muito difícil, especialmente por conta dos apelidos e comentários maldosos que eu recebia constantemente. Na escola, fui alvo de bullying por causa da minha condição física, o que me causava muita dor e tristeza.

Mesmo assim, eu não pensei em desistir. Mesmo com toda a dor emocional que eu sentia, eu sabia que precisava continuar lutando para realizar meus sonhos e alcançar meus objetivos. E assim, continuei a perseverar e acreditar em mim mesmo, mesmo diante das adversidades que apareceram em meu caminho.

Infelizmente, em muitas ocasiões, a própria diretora da escola costumava dizer à minha mãe que eu era como um repolho, que apenas fazia as coisas e me camuflava sob minha condição física. Essas palavras eram extremamente dolorosas e desanimadoras, já que eu estava lutando para superar as dificuldades e me destacar academicamente. Foi uma época difícil e me marcou muito, mas felizmente encontrei forças para seguir em frente e provar que era capaz de realizar grandes coisas, apesar das limitações impostas pela minha deficiência.

A partir da sexta série, comecei a enfrentar mais desafios. Perdi cada vez mais força na minha estrutura óssea, o que me impediu de ficar de pé e caminhar. Por um tempo, me arrastava pelos lugares que precisava ir, mas logo percebi que a única alternativa era começar a usar uma cadeira de rodas. Infelizmente, há fatos dessa época que nunca contei nem mesmo para a minha própria mãe. Sofri bullying, agressões físicas, cusparadas no rosto, e até mesmo fizeram coisas ruins e colocaram a culpa em mim.

Lembro-me de um diretor que, em certa ocasião, uma colega foi ferida com uma gilete. Por ter uma gilete em minha posse, fui acusado injustamente e ele me buscou na sala de aula. Mesmo insistindo que não tinha sido eu, fui levado pelo pezinho do cabelo para a diretoria. Esses episódios me marcaram profundamente e me fizeram perceber a crueldade que algumas pessoas são capazes de praticar.

Durante minha trajetória escolar, sofri com a discriminação por causa de características físicas que não podia mudar. Sempre tive orelhas grandes e, por isso, era um alvo fácil para colegas baterem e puxarem, o que acabou resultando em dores no pé do ouvido até hoje, principalmente durante a mastigação. Além disso, minha condição de osteogênese, que afeta a formação dos ossos, fez com que meu queixo ficasse maior do que o normal, e quando mastigo aparento não possuir dentes o que muitas vezes chama a atenção durante as refeições e me faz sentir constrangido. Infelizmente, essa discriminação persiste até hoje.

Apesar de todas as dificuldades e discriminações que enfrentei ao longo da minha vida, nunca desisti dos meus sonhos e objetivos. Aprendi a ser resiliente e a superar os obstáculos, mesmo que isso significasse ter que lutar sozinho. Hoje, como adulto, trabalho para promover a inclusão e a conscientização sobre as pessoas com deficiência, para que outras crianças não precisem passar pelo que eu passei. Acredito que todos merecem respeito e igualdade de oportunidades, independentemente de suas diferenças físicas ou emocionais. E, acima de tudo, acredito que a perseverança e a esperança podem nos levar a alcançar grandes conquistas, mesmo quando tudo parece estar contra nós.

No Ensino Médio eu pude viver uma experiência mais tranquila em relação à minha condição. Parece que as pessoas já tinham um pouco mais de entendimento sobre as questões que envolviam as pessoas com deficiência, e a inclusão era algo mais presente na escola. Claro que ainda existiam desafios, mas não eram tão intensos quanto no passado. Foi um alívio poder estudar e conviver com meus colegas sem ter que enfrentar tanta discriminação e preconceito. Essa fase da minha vida me ensinou muito sobre a importância da inclusão e do respeito às diferenças.

**Educação Profissional Técnica de Nível Médio** - Em 2014 morava em Arapoema-TO, e nutria o sonho de aprofundar meus conhecimentos na área da informática. Foi então que soube que seria inaugurado um novo campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), no Campus Colinas do Tocantins. Sem hesitação, decidi me inscrever no processo seletivo, já que conhecia a excelente qualidade de ensino oferecida pelo IFTO. Embora tenha enfrentado algumas dificuldades para me deslocar de Arapoema até Campus Colinas do Tocantins no dia da prova, consegui superá-las e, felizmente, fui aprovado no processo seletivo.

Em outubro de 2014, comecei a sentir crises recorrentes de cólica renal, que me preocupava muito, pois precisava me deslocar de ônibus de Arapoema até Colinas do Tocantins diariamente. A possibilidade de sentir dores intensas durante o trajeto me deixava ansioso e inseguro. Foi então que eu e minha mãe decidimos mudar para Campus Colinas do Tocantins, onde estamos residindo até hoje. Essa mudança proporcionou mais tranquilidade e segurança para minha saúde e bem-estar.

Minha mãe tinha o sonho de ter um filho formado na área da computação. Meus irmãos seguiram outras áreas. Mas eu tive a oportunidade de, em 2015, me formar como Técnico em Informática, no IFTO Campus de Colinas do Tocantins. Durante todo o curso, tive que superar muitas dificuldades, as quais considerei verdadeiras barreiras em minha trajetória acadêmica. Para vencê-las, pude contar com a ajuda incansável de minha mãe, que não mediu esforços para me levar e buscar, mesmo a pé. Eu sempre amei estudar e conquistar meus objetivos, e essa formação técnica foi um passo importante para alcançar meu sonho profissional.

**Educação Superior** - Ao ingressar na Graduação em Licenciatura da Computação, finalmente encontrei um ambiente acolhedor e inclusivo, com colegas e professores que me receberam de braços abertos. Foi um período de crescimento pessoal e acadêmico, onde pude explorar minha paixão pela tecnologia e desenvolver minhas habilidades na área. Essa experiência tão positiva me motivou a continuar estudando e, mesmo antes de concluir a graduação, já me inscrevi no processo seletivo para a pós-graduação. Estou animado para continuar minha jornada acadêmica e contribuir com meu conhecimento para a sociedade.

Ao longo da minha trajetória, enfrentei muitas dificuldades, mas tive a sorte de contar com professores e coordenadores que sempre me ouviam e ajudavam. Minhas maiores dificuldades sempre estiveram relacionadas às matérias, principalmente aquelas que envolviam raciocínio lógico. Infelizmente, como muitas pessoas com deficiência, no Ensino Básico, fui praticamente deixado de lado e não recebi o suporte necessário para desenvolver

plenamente minhas habilidades. Mas com o apoio e dedicação dos meus professores na Graduação em Licenciatura da Computação, consegui superar esses desafios e hoje me sinto motivado a seguir estudando e me aprimorando.

Durante a minha graduação em Licenciatura da Computação, as disciplinas de Programação sempre foram um grande desafio para mim. Eu nunca havia sido estimulado a pensar de forma lógica antes e, por isso, muitas vezes me sentia desmotivado e incapaz de encontrar soluções para problemas aparentemente simples. A minha maior dificuldade sempre foi conseguir desenvolver habilidades de pensamento criativo e estratégico para resolver os desafios que surgiam.

As disciplinas de matemática sempre foram um desafio para mim. Mesmo tendo visto alguns cálculos no Ensino Médio, eu não conseguia resolvê-los e isso se tornou uma grande dificuldade. Faltava-me o raciocínio lógico necessário para a resolução dos problemas matemáticos.

Cheguei a trancar o curso uma vez, mas depois de alguns dias corri de volta para destrancar. Desistir nunca foi uma opção para mim. Meu maior desafio foi escrever o TCC e realizar os estágios.

Espero continuar aprendendo e me desenvolvendo cada vez mais, buscando sempre novas oportunidades para aprimorar meus conhecimentos. Não pretendo parar de estudar e, por isso, decidi me inscrever para o Curso de Pós-graduação em Computação Aplicada que está sendo ofertado pelo Campus Colinas do Tocantins do IFTO. Acredito que essa é uma ótima oportunidade para continuar aprimorando meus conhecimentos na área da computação.

No entanto, tenho um sonho ainda maior: ser professor no Campus Colinas do Tocantins. Essa é uma meta que almejo há muito tempo e que me motiva a estudar e a buscar sempre novas oportunidades de aprendizado.

**Cursos extracurriculares** - Durante minha formação, busquei me aprimorar por meio de diversos cursos extracurriculares. Destaco aqui o Curso de Programador WEB, oferecido pelo programa Novos Caminhos do Governo Federal, que me proporcionou conhecimentos atualizados e práticos para desenvolver projetos web.

Também fiz o Curso de Competências Transversais em Lógica de Programação, oferecido pelo SENAI, o qual me ajudou a aprimorar minhas habilidades em lógica e programação.

Além disso, participei do Curso de Formação para Conselheiros Municipais do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Estado do Tocantins, que me proporcionou uma visão mais ampla sobre os direitos das pessoas com deficiência e a

importância do engajamento social na defesa desses direitos.

Destaco aqui também o Curso de Formação para Bancas de Hetero Identificação da UFNT, que me capacitou para atuar em processos seletivos de cotas raciais e étnicas. Também realizei o Curso de Mídias Digitais na Educação Básica, onde pude aprender sobre ferramentas síncronas e assíncronas, e o Curso de Formação de Professores na Educação Básica, que me ajudou a aperfeiçoar minhas práticas pedagógicas.

Acredito que a busca por formação contínua é fundamental para que possamos nos manter atualizados e capacitados para atuar em diferentes áreas da educação. Esses cursos de curta duração me proporcionaram novos conhecimentos e habilidades, que pude aplicar em sala de aula e em outras áreas da minha vida profissional.

**Formação científica e cultural** - Durante a minha infância, participei de diversos projetos, um deles foi o Programa Projovem na cidade de São Geraldo do Araguaia. Esse programa oferecia uma variedade de atividades, como cultura, esporte, educação, lazer e aulas de música, que contribuíram para o meu desenvolvimento pessoal e social.

Desde cedo, também participei de eventos voltados para a inclusão, como seminários, mesas redondas e palestras, muitos desses realizados dentro do próprio IFTO. Esses eventos me proporcionaram uma visão mais ampla sobre a importância da inclusão social e me motivaram a buscar conhecimentos na área da educação inclusiva.

Com base nessas experiências, acredito que a inclusão deve ser um tema central na educação e na sociedade como um todo, e que todos devem ser incluídos e valorizados em suas diferenças, para que possam alcançar seu potencial máximo.

Comecei a me envolver com produção científica durante minha trajetória no IFTO. Desde então, participei de vários eventos e tive a oportunidade de fazer parte e publicar, em conjunto com colegas, um artigo intitulado "EVASÃO ESCOLAR: uma análise sobre evasão escolar em escola de Colinas do Tocantins", na Jornada de Iniciação Científica e Extensão (JICE) do IFTO, em 2016.

Participei, juntamente com a servidora Karen Lowhany, de um projeto de extensão que tinha como objetivo oferecer um curso de introdução à Informática Básica aos estudantes do terceiro ano da Escola Estadual Família Agrícola Zé de Deus (EFA), localizada no município de Colinas do Tocantins - TO.

Minha trajetória no IFTO me proporcionou diversas oportunidades para me envolver em projetos de pesquisa e extensão, e essas experiências foram enriquecedoras tanto para minha formação acadêmica quanto para minha atuação profissional. Participar de eventos e publicar artigos científicos me permitiu ampliar meus conhecimentos e compartilhar minhas

descobertas com outros estudantes e pesquisadores. Além disso, contribuir para um projeto de extensão voltado para a formação básica em informática de estudantes de uma escola rural foi uma experiência gratificante, pois pude contribuir para o desenvolvimento educacional desses estudantes e para o desenvolvimento social da comunidade.

**Trajetória profissional** - Em 2012, iniciei minha trajetória profissional na empresa Sementes Germano, em São Geraldo-PA, tendo meu primeiro contato com o mercado de trabalho. Nessa empresa, atuei como responsável pelas funções relacionadas ao setor financeiro, adquirindo habilidades em gestão financeira, controle de despesas e gerenciamento de pagamentos. Essa foi uma experiência valiosa para o meu desenvolvimento profissional e para o meu conhecimento do mercado de trabalho.

Em 2013, tive minha primeira experiência como professor em Arapoema, sendo selecionado para atuar no Programa Mais Educação como instrutor de informática. Lecionei para turmas de 5º a 9º ano, o que me permitiu desenvolver habilidades pedagógicas e didáticas, além de me tornar mais atento às necessidades dos estudantes. Foi uma experiência gratificante que me mostrou a importância da educação na vida das pessoas.

Em 2016, tive a oportunidade de ser convidado para atuar como assessor parlamentar de um vereador do município de Colinas do Tocantins. Durante essa experiência, aprendi a criar documentos importantes e até mesmo a elaborar projetos de lei, o que me proporcionou um conhecimento valioso em relação ao funcionamento do poder legislativo.

No ano de 2019, iniciei um estágio na prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins, no setor de Tecnologia da Informação, com carga horária de 4 horas semanais. Nesse período, tive a oportunidade de adquirir novos conhecimentos e experiências na área de TI, permanecendo no cargo até o ano de 2020.

Após minha experiência na prefeitura, tive a oportunidade de realizar um sonho: fazer parte do IFTO. Em 2020, fui selecionado como monitor na disciplina de Educação Inclusiva, por meio do Edital Nº 23/2020/REI/IFTO, permanecendo na função durante todo o ano. Em seguida, fui novamente selecionado para ocupar a mesma posição, dessa vez por meio do Edital Nº 20/2021/REI/IFTO. Depois disso, fui selecionado através do Edital nº 02/2021/CTO/REI/IFTO para ser estagiário no setor de tecnologia da informação e comunicação (CTI), onde trabalhei de 2021 a 2022. Em seguida, fui transferido para o setor de Biblioteca, onde continuo meu estágio atualmente.

Nunca tive a oportunidade de trabalhar com carteira assinada. Já participei de algumas entrevistas, mas infelizmente não tive sucesso. Algumas empresas que entraram em contato comigo acabaram descartando minha candidatura por eu ser uma pessoa com deficiência.

Uma delas me ofereceu uma vaga na manutenção de vagões, o que era impossível para um cadeirante como eu. Outra empresa marcou uma entrevista comigo, mas nunca cumpriu com a promessa e até hoje não tive nenhum retorno. Infelizmente, algumas empresas ainda não cumprem com a legislação sobre inclusão, como a Norma Regulamentadora 9050. Isso é muito frustrante para mim, pois tenho habilidades e conhecimentos que poderiam ser úteis em diversos setores. Espero que mais empresas abram as portas para a diversidade e ofereçam oportunidades para pessoas com deficiência, valorizando as suas habilidades e competências.

Como futuro docente, tenho plena consciência de que a jornada pela frente será repleta de desafios. Entretanto, tenho a determinação e a motivação necessárias para enfrentá-los e superá-los, sempre buscando me aprimorar como profissional e como ser humano. Embora ainda esteja no início da minha jornada como docente, acredito que cada experiência é uma oportunidade de aprendizado e crescimento.

Ao fazer esse breve relato, pude refletir sobre minha trajetória acadêmica e profissional até aqui, lembrando metas que já havia esquecido e reafirmando meu compromisso com a educação, sobretudo a educação inclusiva, e com a formação de cidadãos críticos e conscientes. Espero continuar aprimorando minhas habilidades pedagógicas e contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e críticos, sempre com muita dedicação e comprometimento.

## INTRODUÇÃO

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), 45 milhões de pessoas no Brasil vivem com algum tipo de deficiência. Infelizmente, ainda enfrentamos muitos obstáculos para a inclusão dessas pessoas na sociedade, sejam eles físicos, políticos ou sociais. Com isso, vimos a necessidade de refletir sobre os desafios que as pessoas com deficiência encontram no processo de ensino aprendizagem no IFTO-*Campus* Colinas do Tocantins, nos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e nos cursos de Ensino Superior.

A inclusão de pessoas com deficiência é um tema discutido há muitos anos. No entanto, instaurar a inclusão requer um olhar diferenciado para cada situação particular, visto que, cada pessoa com deficiência é única e possui características e necessidades próprias. Além disso, o sistema escolar ainda enfrenta muitos desafios em relação a essas pessoas, o que exige novas adaptações aos conceitos pedagógicos e políticas para atender essa demanda crescente tanto no ensino médio como superior.

A presente pesquisa busca trabalhar o tema em questão a partir de artigos, livros e outras fontes relevantes para a compreensão do assunto e para a construção de um referencial teórico sólido. Nesse tipo de pesquisa, o objetivo é reunir informações e conhecimentos já existentes sobre o tema específico e sistematizá-los, a fim de trazer elementos essenciais para pensar o problema abordado. Para Severino (2007, p. 124), uma pesquisa bibliográfica pode ser definida como "um levantamento de informações já publicadas em livros, artigos, teses, dissertações e outros materiais acessíveis ao público em geral". Foi a partir disso que se delineou a busca incessante pela construção de uma análise sobre a inclusão de pessoas com deficiências no IFTO – *Campus* Colinas do Tocantins.

Todavia, a pesquisa se orientou a partir das seguintes perguntas: o IFTO - *Campus* Colinas do Tocantins é realmente inclusivo? Quais são as políticas de inclusão adotadas pela instituição? A instituição está cumprindo com os marcos legais para a educação inclusiva? Como as tecnologias assistivas estão sendo utilizadas para garantir a inclusão bem-sucedida?

As políticas públicas são fundamentais para a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. A Coordenação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (CNAPNE), criado dentro da Rede de Ensino Federal, é um exemplo disso. Sua relevância foi destacada pelo Ministério da Educação (MEC) em diversos documentos e políticas educacionais. De acordo com o MEC, a CNAPNE é responsável por promover a inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas, garantindo que eles

tenham acesso a uma educação de qualidade, com o suporte e os recursos necessários para o seu pleno desenvolvimento. Isso é fundamental para assegurar a equidade no acesso à educação e para promover a diversidade e a inclusão na sociedade.

É importante mostrar que as CNAPNEs são peças fundamentais para a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade, principalmente no que se refere ao acesso à educação de qualidade. É necessário, portanto, que as políticas públicas continuem fortalecendo e apoiando a atuação desses órgãos, fazendo com que eles possam cumprir suas atribuições e contribuir para a promoção de uma sociedade mais inclusiva e, portanto, justa.

O Art. 24 do Decreto nº 5.296/2004, afirma que:

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. (BRASIL, 2004).

Autores como Mantoan (2003), Sassaki (2010), Gugel (2007), e Negreiros (2014), trazem importantes reflexões sobre as políticas de inclusão para pessoas com deficiências e a importância das tecnologias assistivas na implementação dessas políticas. É fundamental pautar o debate e avançar na inclusão de pessoas com deficiência, garantindo que todas tenham acesso às oportunidades iguais e aos recursos necessários para viverem plenamente.

No mercado de trabalho, por exemplo, as pessoas com deficiência ainda enfrentam barreiras para conseguir emprego e mantê-lo. É preciso mudar essa realidade, garantindo que as empresas cumpram as leis e as normas que regulamentam a inclusão dessas pessoas. Trata-se de buscar espaço no mercado de trabalho, que também é fundamental para a promoção da independência econômica, o que pode contribuir significativamente para sua inclusão social.

Para compreender a dinâmica da pesquisa, o trabalho está dividido em três capítulos, sendo que no primeiro momento, a preocupação é fazer um resgate histórico das pessoas com deficiência em diferentes contextos, buscando entender como ao longo do tempo isso foi se modificando, até chegar aos marcos legais que garantiram os direitos das pessoas com deficiência. No segundo capítulo, a preocupação é entender de que modo a inclusão é pensada e trabalhada na realidade brasileira. E, no último capítulo, buscou-se analisar o processo de inclusão no *Campus* Colinas do Tocantins, ou seja, como as pessoas com deficiências foram percebidas e acolhidas.

## CAPÍTULO I - DA HISTÓRIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS AO CONCEITO DE INCLUSÃO

### 1.1 Uma análise sobre as pessoas com deficiência na cultura egípcia, grega e romana.

Na história, casos que envolvem deficiências sempre estiveram presentes, mesmo que de forma camuflada. Nas sociedades antigas como egípcia, grega e romana, cada uma possuía sua própria compreensão sobre a temática voltada às pessoas que possuíam algum tipo de deficiência. A sociedade egípcia aparentava ser consciente quanto a essa temática, evitando certos julgamentos e condenações, ou mesmo exclusão. Eles sempre mostraram um olhar mais “caridoso” com as pessoas que possuíam algum tipo de deficiência. Sobre isso pode-se ressaltar:

Evidências arqueológicas nos fazem concluir que no Egito Antigo, há mais de cinco mil anos, a pessoa com deficiência integrava-se nas diferentes e hierarquizadas classes sociais (faraó, nobres, altos funcionários, artesãos, agricultores, escravos). A arte egípcia, os afrescos, os papiros, os túmulos e as múmias estão repletos dessas revelações. Os estudos acadêmicos baseados em restos biológicos, de mais ou menos 4.500 a.C., ressaltam que as pessoas com nanismo não tinham qualquer impedimento físico para as suas ocupações e ofícios, principalmente de dançarinos e músicos. (GUGEL, 2015, p.2)

Na ausência da escrita, os recursos analisados foram aqueles que sobreviveram ao longo da história. Várias revelações só foram vislumbradas por meio de materiais escavados pela arqueologia e analisados minuciosamente pelos historiadores. É desse modo que se conhece certas práticas daquela época que, acima de tudo, ajudam a entender o contexto da sociedade egípcia. Pessoas, mesmo com padrões diferenciados, aparecem como tendo o mesmo tratamento que é dado a qualquer ser humano. O nanismo é um exemplo de que a sociedade egípcia parecia não se importar para um modelo já determinado, *a priori*, de ser humano.

Diante disso, pode-se entender que essas pessoas participavam da vida social sem repulsão. Nesse mesmo tempo, a cegueira era umas das deficiências mais comum que atingiam a população nesse período, pelo fato das altas tempestades de poeira que aconteciam e acarretavam infecções ao entrarem em contato com os olhos. Trata-se de uma deficiência resultante do contexto no qual as pessoas residiam e não tinham conhecimento do porquê adquiriram a cegueira.

O Egito Antigo foi por muito tempo conhecido como a terra dos cegos porque seu povo era constantemente acometido de infecções nos olhos, que resultam em cegueira. Os papiros contêm fórmulas para tratar diversas doenças, dentre elas a dos olhos. Papiro médico, contendo procedimentos para curar os olhos. (GUGEL, 2015, p.04)

Talvez pelo grande número de pessoas acometidas por doenças diversas, a sociedade egípcia buscava integrá-las no convívio social sem discriminação. Trata-se de um olhar diferenciado, de não exclusão para com os que possuíam algum tipo de deficiência. Antes de tudo, pode-se perceber um movimento de alteridade, e ao mesmo tempo de empatia, quando a preocupação dos egípcios é a cura daqueles que foram afetados acidentalmente.

Ao contrário da cultura egípcia, os gregos, por sua vez, eram bem diferentes. Valorizavam e exaltavam o corpo saudável, sem qualquer tipo de imperfeição. Um homem forte é sinal de que, nas cidades-estados, tem alguém que pode garantir a segurança, ou até mesmo pensar com inteligência as questões que envolvem a organização social. Ser forte, nesse contexto, implica gozar das plenas faculdades físicas e mentais para atuar como cidadão em busca da unidade da pólis (cidade).

A educação grega contava necessariamente com o desenvolvimento dos aspectos éticos e técnicos, a fim de pensar uma formação integral. No que tange aos aspectos técnicos, buscava-se desenvolvimento das aptidões físicas, possibilitando o uso de armas, práticas de esportes, danças, cantos, e demais atividades musicais da época. Mas, nisso tudo, os deficientes são invisíveis, ou melhor, descartam praticamente sua inserção como pessoa plenamente capaz de desenvolver muitas habilidades e se tornarem virtuosas.

A virtude para os gregos não depende apenas do caráter em si, mas de tudo que ele pode oferecer em termos de colaborar para a manutenção da pólis<sup>1</sup>. É nesse sentido que a figura do guerreiro forte e corajoso entra como parte importante, tanto em Atenas como em Esparta. Aqueles que tinham alguma deficiência eram “deixados de lado”. Trata-se de uma sociedade estratificada. Pessoas fortes e saudáveis podem lutar pela manutenção de seus territórios e, se possível, conquistar novos domínios, ao mesmo tempo que podem legislar sobre as decisões da pólis. Essa ideia fica bem clara entre as brigas dos espartanos com os atenienses.

Entre as cidades gregas, duas tiveram papel de destaque, colaborando para a construção de modelos políticos, sociais e culturais: Atenas e Esparta. Isso valorizava a formação militar, que tinha como objetivo preparar os jovens para a guerra através do desenvolvimento da força, da coragem e da obediência. (MONTEIRO, 2009, p.7).

A batalha entre os gregos e troianos era justamente por buscar manter uma certa hegemonia na conquista de novos territórios. No entanto, esse confronto ajudou a pensar o homem ideal que ambos os povos buscavam formar, isto é, a preocupação da formação do

---

<sup>1</sup> Werner Jaeger, em seu livro *Paidéia: formação do homem grego*, tenta mostrar como a educação era pensada dentro da cultura grega. Nesse contexto, os gregos se preocupam em manter uma hegemonia, o que para tanto, exige a força de guerreiros bem preparados (JAEGER, 1934).

homem grego é voltada para o desenvolvimento de habilidades que possam garantir sua glória e fazê-lo herói.

Essa linha de raciocínio vai ao encontro com a noção de que a formação integral deve ser o objetivo principal da educação. Tal educação é pensada para homens livres. Ainda assim, é importante analisar o contexto da reflexão e entender que a glória, e até a morte em nome da polis, representava um ato de virtude. Essa ideia de herói no período homérico é encarnada por Sócrates, posteriormente, no século IV a. C, que mesmo não coadunando com as crenças das epopeias homéricas, preferiu morrer em 399 a.C., do que renunciar aos seus ideais.

Em todo caso, é importante perceber que o sujeito deficiente dificilmente seria reconhecido na cultura grega. Por mais que se investisse em educação, ele jamais conseguiria atingir certos ideais.

A finalidade da educação espartana era formar guerreiros. Com 7 anos de idade, os meninos eram afastados de suas mães e ficavam até os 18 em escolas, onde aprendiam ginástica, esportes (corridas, lutas usando corpo, lançamento de dardos), a ler e escrever e a manejar armas. O método exigia esforços: ficavam nus até nos dias frios, tomavam banho gelado, comiam pouco, apanhavam. Tudo isso para ficarem resistentes como o ferro. Capacidade de suportar o sofrimento físico, disciplina, habilidade militar: esses eram os objetivos principais. (SCHMIDT, 2011, p.26).

A educação fica a cargo do Estado. E, dependendo da evolução dos indivíduos, cada um exercia a função de acordo com as habilidades que conseguiam desenvolver durante o processo educativo. Esse tipo de educação aponta para uma estratificação social. E os deficientes sequer são reconhecidos dentro desse sistema.

O pensamento grego expressava a ideia de que um corpo físico impecável era a materialização de uma mente sã, e tal conceito era ainda mais valorizado entre os atletas e guerreiros, que eram considerados arquétipos da masculinidade.

Platão, no livro *A República*, e Aristóteles, no livro *A Política*, trataram do planejamento das cidades gregas indicando as pessoas nascidas “disformes” para a eliminação. A eliminação era por exposição, ou abandono ou, ainda, atiradas do aprisco de uma cadeia de montanhas chamada Taygetos, na Grécia. (GUGEL, 2015, p.4)

Platão e Aristóteles estão num contexto em que a racionalidade já desperta como um conhecimento crítico. No entanto, apenas sistematizam as ideias de um sistema estratificado e fortalecem o discurso de exclusão no que se refere às pessoas deficientes. No modelo de cidade que ambos pensavam, os deficientes teriam um papel apenas secundário, tendo que aceitar como natural as decisões dos cidadãos livres.

Em Esparta e Atenas, crianças com deficiência física, sensorial e mental eram

consideradas invisíveis, o que legitimava a sua eliminação e abandono. Tal prática se justificava pelas exigências do próprio sistema da época, que apostaram nos ideais atléticos de beleza e classistas que serviam de base à organização sociocultural desses dois locais. Em Esparta eram lançados do alto de rochedos e em Atenas eram rejeitados e abandonados nas praças públicas ou nos campos.

Aristóteles. A Política, Livro VII, Capítulo XIV, 1335 b – Quanto a rejeitar ou criar os recém-nascidos, terá de haver uma lei segundo a qual nenhuma criança disforme será criada; com vistas a evitar o excesso de crianças, se os costumes das cidades impedem o abandono de recém-nascidos deve haver um dispositivo legal limitando a procriação se alguém tiver um filho contrariamente a tal dispositivo, deverá ser provocado o aborto antes que comecem as sensações e a vida (a legalidade ou ilegalidade do aborto será definida pelo critério de haver ou não sensação e vida) (GUGEL, 2007, p. 63).

Os Gregos sustentavam seus valores culturais, que, para a realidade de hoje, representam um certo estranhamento no que diz respeito à pessoa com deficiência.

Em Esparta e Atenas crianças com deficiências física, sensorial e mental eram consideradas subumanas, o que legitimava sua eliminação e abandono. Tal prática era coerente com os ideais atléticos, de beleza e classistas que serviam de base à organização sócio-cultural desses dois locais. Em Esparta eram lançados do alto dos rochedos e em Atenas eram rejeitados e abandonados nas praças públicas ou nos campos. (RODRIGUES, 2008, p.7)

Durante a Roma Antiga, assim como na cultura grega, as pessoas com deficiência enfrentavam discriminação e preconceito. A sociedade romana via a existência dessas pessoas como inúteis, e as consideravam descartáveis, justificando até mesmo o sacrifício ou abandono de crianças com deficiência e a utilização dessas pessoas comercialmente para entretenimento e prostituição em bordéis (NEGREIROS, 2014).

A citação mostra, de certa forma, que os romanos são tributários da cultura grega, incorporando significativamente os valores gregos e reproduzindo isso como modelo de verdade. Foi desse modo que buscavam justificar a morte de pessoas deficientes, podendo ser executada tanto pelos plebeus como pelos nobres. Para eles, a existência das pessoas com deficiência era inútil, e ainda pior, considerando esse público como descartável, defendendo até mesmo o sacrifício ou abandono das mesmas. Para Negreiros (2014, p.15), “Roma também não reconhecia valores em crianças ‘defeituosas’, mas havia um outro recurso além da execução que era o de abandonar as crianças nas margens dos rios ou em locais sagrados para serem recolhidas por famílias da plebe”.

Ao longo da história, a discriminação tem sido uma prática comum da humanidade, sendo que aqueles que não se encaixassem nos padrões estabelecidos eram frequentemente marginalizados, discriminados ou até mesmo eliminados. Infelizmente, muitas vezes a sociedade aceita e defende essa ideia, mesmo que fira os direitos humanos fundamentais.

Aliás, a noção de Direitos Humanos é uma conquista do século XX.

Desde as primeiras sociedades e civilizações, a humanidade tem sido preconceituosa, acreditando que aqueles que não são considerados perfeitos ou não se enquadram nas normas culturais devem ser excluídos. Infelizmente, essa ideia continua sendo perpetuada até os dias de hoje, sendo necessário um esforço contínuo para combater a discriminação e promover a inclusão de todas as pessoas.

Segundo Negreiros:

[...] desde os primórdios da humanidade as pessoas nasceram ou adquiriram alguma deficiência ou limitação que as impediram de realizar suas atividades diárias de forma autônoma. De maneira perversa, essas pessoas foram alijadas da sociedade e tratadas como estorvo ou "coitadinhas". (2014, p. 13)

A citação de Negreiros, ao afirmar que pessoas com deficiência foram historicamente excluídas da sociedade e tratadas como estorvo ou "coitadinhas", apela para uma reflexão sobre a forma como a humanidade tem lidado com a diversidade e a diferença. Desde os primórdios, as pessoas com deficiência têm sido vistas como um problema, uma anomalia a ser eliminada ou escondida da vista da sociedade.

## **1.2 Da história das pessoas com deficiências ao conceito de inclusão**

Para entender a inclusão de pessoas com deficiência é necessário fazer um estudo sério e atento sobre tal questão. Somente assim, os dados podem ser colhidos sem culpar e penalizar um povo ou cultura que não entendem o problema e tampouco sabem quais são as ferramentas para trabalhar determinadas questões. Com pouca instrução, a cultura primitiva não ofereceu respostas que possibilitasse a inserção de pessoas com deficiência na sociedade.

A inclusão de pessoas com deficiência é um assunto complexo e importante que merece ser estudado com seriedade e atenção. Vale lembrar que, em sociedades primitivas com pouca instrução, as respostas para a inserção de pessoas com deficiência eram limitadas ou inexistentes. No entanto, isso não justifica a eliminação ou marginalização de pessoas que não eram consideradas "normais" por suas deficiências.

Um estudo sério sobre pessoas com deficiências pode trazer à tona uma compreensão da opressão exercida sobre essas minorias. O importante é entender que não se trata apenas de afirmar uma exclusão como impossibilidade de fazer algo mas de como a sociedade assimilou essa ideia a partir de imperativos que determinam o modo de pensar de um período e contexto histórico.

A inclusão é um conceito que envolve a aceitação e valorização das diferenças, promovendo a participação de todos(as) na sociedade. Para as pessoas com deficiências, a

inclusão significa ter acesso aos mesmos direitos e oportunidades que as demais pessoas, sem discriminação ou preconceito. Isso inclui o acesso à educação, trabalho, lazer e outros aspectos da vida em sociedade.

A inclusão das pessoas com deficiências é um desafio a ser enfrentado por toda a sociedade. É necessário superar preconceitos e barreiras para que as pessoas com deficiências tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades na sociedade. A inclusão é um processo contínuo e requer o comprometimento de todos para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A inclusão social das pessoas com deficiência é um imperativo ético e moral. Não se trata apenas de oferecer oportunidades iguais, mas de reconhecer que a diversidade é uma riqueza e que todos têm direito à dignidade e ao respeito. A sociedade deve se organizar de forma a garantir que todas as pessoas possam realizar suas atividades diárias de forma autônoma, sem impedimentos ou barreiras.

Para isso, é necessário que se faça uma profunda reflexão sobre as formas de exclusão que as pessoas com deficiência ainda enfrentam na atualidade. É preciso identificar as barreiras físicas, sociais e culturais que impedem a participação plena dessas pessoas na sociedade e trabalhar para removê-las. É preciso investir em políticas públicas que promovam a acessibilidade, a inclusão e o respeito às pessoas deficientes, e que garantam que todos os setores da sociedade estejam preparados para receber e acolher tais pessoas.

#### 1.2.1 Do conceito de inclusão ao seu marco legal

Inclusão é sinônimo de igualdade entre as diferenças. Igualdade entendida do ponto de vista da dignidade e não de características físicas ou acidentais. Defender a inclusão significa acolher a diversidade e conviver com ela sem discriminação ou quaisquer tipos de preconceitos. É preciso permitir que a inserção das pessoas deficientes aconteça em todos os setores da sociedade, para tornar plural a convivência social. A inclusão só pode ser entendida de modo pleno quando as pessoas participam diretamente da sociedade sem discriminação.

O conceito de inclusão para pessoas com deficiência ganha cada vez mais destaque como um direito a partir da década de 1960, impulsionado pelos movimentos sociais no Brasil e no mundo, que defendiam a "equiparação de oportunidades".

É preciso ter cuidado para não incorrer no erro de promover um movimento de segregação por conta das peculiaridades que cada pessoa traz consigo. Com efeito, a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), que em conjunto a movimentos sociais que lutam pelas garantias de direitos e a igualdade desses

indivíduos, trouxeram a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, integrada ao decreto Nº 98.822, de 12 de janeiro de 1990 (BRASIL, 1990), o qual regulamentou a Lei Nº 7.853 de 24 de outubro de 1989 (BRASIL, 1989), contendo as orientações normativas tendo como finalidade:

Art. 2º A CORDE tem como finalidade a coordenação superior dos assuntos, ações governamentais e medidas, referentes às pessoas portadoras de deficiência, e especificamente:

I - Elaborar os planos, programas e projetos subsumidos na Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, bem como propor as providências necessárias à sua completa implantação e seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes a recursos e as de caráter legislativo;

II - Acompanhar e orientar a execução pela Administração Pública Federal, dos planos, programas e projetos mencionados no inciso anterior;

III - manifestar-se sobre a adequação à Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, dos projetos federais a ela conexos, antes da liberação dos recursos respectivos;

IV - Manter, com os Estados, Municípios, Territórios, o Distrito Federal e o Ministério Público, estreito relacionamento, objetivando a concorrência de ações destinadas à integração social das pessoas portadoras de deficiência;

V - Provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil de que trata a Lei nº 7.853, de 1989, e indicando-lhe os elementos de convicção;

VI - Emitir opinião sobre os acordos, contratos ou convênios firmados pelos demais órgãos da Administração Pública Federal, no âmbito da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;

VII - promover e incentivar a divulgação e o debate das questões concernentes à pessoa portadora de deficiência, visando à conscientização da sociedade. (BRASIL, 1990)

O primeiro marco legal relevante para a inclusão de pessoas com deficiência no Brasil foi a Lei 8213/91 (BRASIL, 1991), que, no Art. 93, trata sobre os reabilitados e a pessoa com deficiência no mercado de trabalho estabelecendo uma proporção para contratação de acordo com o seu quadro de funcionários.

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

|                               |     |
|-------------------------------|-----|
| I - até 200 empregados.....   | 2%; |
| II - de 201 a 500.....        | 3%; |
| III - de 501 a 1.000.....     | 4%; |
| IV - de 1.001 em diante. .... | 5%. |

(BRASIL, 1991)

No cenário atual, um importante marco legal nesse sentido é a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. A LBI é considerada um marco na inclusão de pessoas com deficiência no Brasil, pois amplia os direitos e garantias dessas pessoas em diversas áreas, como saúde, educação, trabalho, acessibilidade e transporte. A lei também estabelece a acessibilidade como direito fundamental, e obriga os órgãos públicos a promoverem a inclusão de pessoas com

deficiência em todos os seus programas e serviços.

Diante disso, a história das pessoas com deficiência é permeada por uma luta por direitos e pela inclusão na sociedade. Como foi visto logo no início deste primeiro capítulo, desde tempos antigos, as pessoas com deficiência foram marginalizadas, e, muitas vezes, consideradas um fardo para a comunidade. Em algumas culturas, as pessoas com deficiências eram vistas como maldições ou castigos divinos, e eram isoladas ou até mesmo sacrificadas.

Com o passar do tempo, a visão sobre as pessoas com deficiências foi evoluindo. No século XIX, surgiram as primeiras escolas especializadas e os primeiros movimentos em defesa dos direitos das pessoas com deficiências. Entretanto, somente nas últimas décadas é que o conceito de inclusão começou a ser amplamente difundido. Mas ainda assim, o conceito de deficiência exige uma reflexão bem aguçada.

Para Diniz ,

[...] deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente. Isso implica dizer que a deficiência não é apenas um problema individual, mas uma questão coletiva. Todo tipo de hostilidades que atacaram os deficientes ao longo do tempo, hoje busca-se suspender em nome de uma educação inclusiva e, portanto, uma sociedade igual. (2007, p.09)

A inclusão implica na valorização da pessoa humana como um ser de direitos. Ela é importante para a sociedade como um todo. Quando a inclusão é praticada, todos se beneficiam, pois a diversidade contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Além disso, a inclusão promove o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, como a empatia, a solidariedade e o respeito pelas diferenças.

O movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008, p. 05).

Para que a inclusão seja efetiva, é necessário que as políticas públicas sejam direcionadas a esse objetivo e que a sociedade como um todo esteja engajada na promoção da inclusão. É preciso garantir a acessibilidade física e digital, a formação de profissionais capacitados para trabalhar com pessoas com deficiências e a conscientização sobre a importância da inclusão.

### 1.2.2 O Modelo Social da Deficiência

As lutas travadas sempre foram ferramentas usadas para a conquista de direitos. A

partir dos anos 60 e 70, foi desenvolvido e popularizado o modelo social da deficiência, como resultado das lutas das pessoas com deficiência e de suas organizações de defesa de direitos, que questionavam a forma como a sociedade compreendia e tratava as pessoas com deficiência. Este movimento visava mudar a forma como a sociedade entendia a deficiência, de uma perspectiva médica para uma perspectiva social, ao mesmo tempo em que lutava para garantir a inclusão e a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência.

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. Isto inclui o currículo corrente, a avaliação, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos, as decisões que estão sendo tomadas sobre o agrupamento dos alunos nas escolas ou nas salas de aula, a pedagogia e as práticas de sala de aula, bem como as oportunidades de esporte, lazer e recreação. (MITTLER, 2003, p. 25).

O modelo social da deficiência enfatiza a importância de eliminar barreiras sociais, arquitetônicas, atitudinais e tecnológicas para garantir a inclusão e a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência. Isso inclui medidas como acessibilidade, adaptações razoáveis, formação de atitudes, sensibilização, políticas e programas que promovam a inclusão no trabalho, na educação e na comunidade.

Esse modelo é uma abordagem que se opõe ao Modelo Médico da Deficiência, que considera os deficientes como um problema individual de saúde. O Modelo Social, por sua vez, entende que as barreiras sociais e culturais são as principais responsáveis pela exclusão das pessoas com deficiência e, portanto, a inclusão social deve ser alcançada por meio da eliminação dessas barreiras.

Pontos positivos:

- O Modelo Social da Deficiência enfatiza a importância da inclusão social e da acessibilidade para garantir a participação plena e efetiva das pessoas com deficiência na sociedade.
- Ele reconhece a deficiência como uma questão social, e não apenas uma questão de saúde, o que pode contribuir para uma maior conscientização sobre os direitos e necessidades das pessoas com deficiência.
- O Modelo Social enfatiza a necessidade de mudanças sociais e culturais para a inclusão das pessoas com deficiência, o que pode levar a mudanças mais amplas e duradouras na sociedade.

Pontos negativos:

- Algumas pessoas argumentam que o Modelo Social pode levar a uma minimização dos desafios de saúde enfrentados por pessoas com deficiência, e que a atenção médica adequada deve ser uma parte integrante da inclusão social.
- Outros críticos argumentam que o Modelo Social pode negligenciar as necessidades individuais de pessoas com deficiência, e que pode haver situações em que a exclusão é causada por limitações pessoais, além das barreiras sociais e culturais.
- Algumas pessoas argumentam que o Modelo Social pode levar a uma abordagem excessivamente política da questão da deficiência, e que a atenção deve ser direcionada para soluções práticas e realistas para melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência.

O Modelo Social da Deficiência representa uma mudança significativa na forma como a deficiência é percebida e abordada pela sociedade. Ao enfatizar a importância da inclusão social e da eliminação de barreiras sociais e culturais, o Modelo Social pode levar a mudanças significativas na forma como as pessoas com deficiência são vistas e tratadas pela sociedade em geral. Desse ponto de vista, é importante reconhecer que esse modelo não é perfeito e pode ter limitações, como a minimização dos desafios de saúde enfrentados por pessoas com deficiência e a negligência das necessidades individuais.

Para avançar no tema da inclusão das pessoas com deficiência, é necessário que haja uma abordagem multidisciplinar e integrada, que leve em consideração as necessidades individuais, bem como as barreiras sociais e culturais que impedem a inclusão plena na sociedade. Isso pode incluir tanto medidas políticas, como a LBI, quanto ações práticas e realistas para melhorar a acessibilidade e a qualidade de vida das pessoas com deficiência. Com uma abordagem equilibrada e colaborativa, podemos trabalhar em direção a uma sociedade mais inclusiva e justa para todos.

### 1.2.3 Carta Magna

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, considera a educação como um direito de todos e dever do estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Dentro da expressão “todos” estão as pessoas deficientes.

Ainda ressalta o Artigo 208 que também é dever do estado garantir o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de

ensino.

Como destaca Costa (2008, p.26), a Carta Magna representou um papel fundamental no sentido de abandonar o modelo assistencialista e adotar a integração social das pessoas com deficiência, preocupando-se em facilitar o seu acesso aos logradouros públicos e privados e aos meios de consumo coletivo.

A Constituição Federal, conhecida como "Carta Magna", é a lei fundamental do país, estabelecendo os direitos e deveres dos cidadãos, os poderes do Estado e a organização política do país. A Constituição é a lei mais importante de um país e é o ponto de partida para todas as outras leis. Ela estabelece os direitos fundamentais dos cidadãos, os princípios fundamentais do Estado e as regras básicas para a organização e funcionamento do governo. É a base para todas as outras leis e regulamentos do país.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) é um marco importante para a inclusão das pessoas com deficiência no Brasil, e alguns dos seus pontos mais relevantes são:

Art. 1º: A dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil;

Art. 3º: Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

Art. 5º: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se às pessoas com deficiência o pleno exercício de todos os direitos fundamentais;

Art. 6º: O direito à educação é um direito social fundamental, garantindo-se o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística;

Art. 7º: São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a proteção em face da automação, na forma da lei, a participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e a proteção do mercado de trabalho da pessoa com deficiência;

Art. 23: É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, entre outras, promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico para a população urbana e rural, com ênfase naquelas em situação de risco social, incluindo as pessoas com deficiência;

Art. 227: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem com deficiência, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, visando ao seu desenvolvimento integral, bem como promover a sua inclusão social. (BRASIL, 1988)

Essa lei também é importante para a inclusão das pessoas com deficiência, garantindo seu acesso à educação, ao trabalho, à habitação e à participação plena na sociedade. A Carta Magna abandonou o modelo assistencialista e adotou a integração social das pessoas com deficiência, facilitando seu acesso a todas as esferas da vida. É fundamental que essa lei seja respeitada e aplicada para garantir a dignidade e os direitos de todas as pessoas, sem discriminação de qualquer natureza.

#### 1.2.4 Declaração de Salamanca

A Declaração de Salamanca é considerada um marco na história da educação inclusiva. Ela foi aprovada pelos ministros de Educação da Comunidade Europeia em 1994, estabelecendo as bases para a educação inclusiva, reconhecendo que todas as crianças têm direito à educação e que é responsabilidade do estado garantir o funcionamento dos sistemas educacionais. A Declaração também destacou a importância da eliminação das barreiras físicas, sociais e pedagógicas na educação, para garantir a inclusão de todos os estudantes, especialmente aqueles com necessidades especiais. A Declaração de Salamanca é considerada mundialmente como um dos mais importantes documentos que visam a inclusão social (COSTA, 2008).

A Declaração de Salamanca teve um impacto significativo na política e prática da educação inclusiva em todo o mundo, e é ainda hoje considerada como um marco importante para a promoção desse tipo de educação. Ela foi uma das principais referências para a formulação de políticas e programas de educação inclusiva em vários países, incluindo o Brasil.

A declaração tem sido usada como base para a construção de políticas e programas de inclusão educacional para pessoas com necessidades especiais, incluindo acessibilidade, ensino e recursos adaptados, treinamento de professores e pesquisas, buscando melhorar a qualidade e a equidade na educação.

A Declaração de Salamanca (1994) é um documento importante para a promoção da inclusão na educação, e alguns dos seus pontos mais relevantes são:

- O princípio fundamental da educação inclusiva é o direito de todos os estudantes a uma educação de qualidade que atenda às suas necessidades e características individuais;
- A educação inclusiva é um processo contínuo, que visa a eliminar as barreiras físicas, pedagógicas e sociais que impedem a participação plena e igualitária de todos os alunos na escola
- É dever do Estado assegurar que todas as escolas estejam preparadas para receber alunos com necessidades educacionais especiais, provendo recursos humanos, materiais e de infraestrutura necessários para a inclusão desses estudantes;
- A escola deve adotar um enfoque centrado no estudante, identificando suas necessidades individuais e trabalhando em colaboração com pais, alunos e profissionais para garantir uma educação de qualidade para todos;
- O currículo deve ser flexível e adaptado às necessidades de cada estudante,

garantindo que todos tenham acesso aos mesmos conteúdos e oportunidades educacionais;

- O papel dos professores é fundamental na promoção da educação inclusiva, e é preciso investir na sua formação continuada para que estejam preparados para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais;
- A Declaração de Salamanca destaca a importância da participação da comunidade na promoção da inclusão escolar e na criação de ambientes favoráveis à aprendizagem de todos os estudantes.

A Declaração de Salamanca, aprovada em 1994 pela Comunidade Europeia, estabeleceu as bases para a educação inclusiva e reconheceu o direito de todas as crianças à educação, destacando a importância da eliminação das barreiras físicas, sociais e pedagógicas na educação. Esse documento teve um impacto significativo na política e prática da educação inclusiva em todo o mundo e ainda hoje é considerado um marco importante para a promoção desse tipo de educação. A declaração tem sido usada como base para a construção de políticas e programas de inclusão educacional para pessoas com necessidades especiais, buscando melhorar a qualidade e a equidade na educação.

Ainda reforça a importância da inclusão educacional para garantir o acesso e a participação plena e igualitária de todos os estudantes na escola. Para isso, é fundamental que as escolas estejam preparadas para receber estudantes (as) com necessidades educacionais especiais, provendo recursos humanos, materiais e infraestrutura necessários para a inclusão no processo de aprendizagem. Além disso, é preciso adotar um enfoque centrado no discente, identificando suas necessidades individuais e trabalhando em colaboração com pais e profissionais para garantir uma educação de qualidade para todos. A Declaração destaca ainda a importância da participação da comunidade na promoção da inclusão escolar e na criação de ambientes favoráveis à aprendizagem de todos os envolvidos na educação.

#### 1.2.5 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/9394-96)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), representa um marco histórico na educação brasileira. Sua relevância não se limita apenas ao seu conteúdo, mas também ao contexto em que foi desenvolvida. De acordo com diversos estudos e análises, a elaboração dessa Lei é um exemplo notável de participação cidadã de diferentes setores da sociedade civil organizada na área de educação, com destaque para a contribuição do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) é um marco na

história da educação brasileira e estabelece as diretrizes para a organização da educação brasileira. Alguns pontos importantes da LDB são:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

VI - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade.

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

Art. 60-A. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos. (BRASIL, 1996)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é um instrumento essencial para a construção de uma educação democrática e inclusiva no Brasil. Com ela, o Estado brasileiro assume o compromisso de garantir o acesso universal à educação, promovendo a igualdade de oportunidades e a formação integral dos indivíduos. A LDB também reconhece a importância da participação da sociedade na gestão da educação, promovendo uma gestão democrática que envolve toda a comunidade escolar e respeita as peculiaridades regionais e locais.

Conquanto, para que a LDB se torne uma realidade efetiva na vida dos estudantes brasileiros, é fundamental que haja investimentos consistentes em políticas públicas, visando

à melhoria da qualidade do ensino, à formação e valorização dos profissionais da educação e ao fortalecimento das instituições educacionais. Além disso, é preciso que haja um esforço conjunto de todos os setores da sociedade para garantir o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela LDB, a fim de promover uma educação mais justa e igualitária para todos os brasileiros. Somente assim, será possível construir uma sociedade mais desenvolvida e democrática, capaz de enfrentar os desafios do século XXI com equidade e justiça social.

### **1.3 Lei Brasileira de Inclusão (LBI)**

Um dos principais marcos na história da educação inclusiva no Brasil foi a aprovação da Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015). Essa lei garantiu que os estudantes com deficiência tivessem direito à educação e que as escolas pudessem fornecer os recursos e acomodações necessárias, participando plenamente do processo educacional. A lei também estabeleceu que as escolas devem ser inclusivas e que estudantes com deficiência devem ser educados em salas de aula regulares, sempre que possível.

No Brasil, a inclusão de pessoas com deficiência na educação tem sido um processo gradual. Isso por algumas razões que não diz respeito somente ao sistema de ensino e poder público, mas também às próprias famílias que muitas vezes vêem a situação da pessoa deficiente como um fenômeno sobrenatural determinado, alimentando nessa pessoa pensamentos negativos, que caracterizam uma certa impotência na realização de algumas habilidades acadêmicas. Aos poucos essas mesmas famílias vão quebrando barreiras, passando a entender que os deficientes não podem paralisar no tempo.

Historicamente, os estudantes com deficiência foram muitas vezes excluídos da educação regular e, frequentemente, colocados em programas de educação especial segregados. No passado, o foco era principalmente na reabilitação de pessoas com deficiência, ao invés de sua inclusão na sociedade. Mas ao longo do tempo isso foi mudando, tendo um crescente reconhecimento da importância da educação inclusiva para todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência.

Amaral (1998), ressalta que a educação precisa prestar um bom serviço à comunidade, buscando atender as especificidades dos estudantes que chegam à escola, cabendo à educação adequar-se às necessidades dos estudantes e não os estudantes às necessidades e limitações da escola.

A inclusão de pessoas com deficiência na educação é uma obrigação legal e o descumprimento desta lei está sujeito a multas. Por esta razão, as escolas devem preparar seus ambientes para fazer valer a lei, ao mesmo tempo, propiciando um ensino de qualidade

indistintamente. Com efeito, educação inclusiva se faz na interação e não no isolamento, ou seja, separar os estudantes deficientes e colocá-los em salas separadas é descumprir os documentos legais que exigem a interação dos estudantes no processo formativo.

Nos últimos anos, houve alguns avanços na inclusão de pessoas com deficiência na educação no Brasil, como a criação de centros especializados para a inclusão de pessoas com deficiência na educação e a implementação de programas de educação inclusiva em muitas escolas públicas. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir que todos os estudantes com deficiência no Brasil tenham igual acesso a oportunidades e recursos educacionais.

A educação inclusiva é um processo contínuo e requer o compromisso e a colaboração de todas as partes interessadas, incluindo governo, escolas, professores, pais e estudantes, para garantir que todos, incluindo aqueles(as) com deficiência, tenham acesso a uma educação de qualidade adaptada às suas necessidades, habilidades e pontos fortes individuais, “[...] para que juntos com toda a comunidade escolar façam a diferença, mostrando que é possível recriar um novo modelo de Educação Especial, com ensino de qualidade, respeitando as diferenças” (KRONBERG, 2010, p.56).

A Lei Brasileira de Inclusão, estabelece uma série de direitos fundamentais para as pessoas deficientes, como o direito à educação, trabalho, saúde, transporte, cultura, lazer e informação, dentre outros. A lei prevê a necessidade de adaptações em edifícios públicos e privados, bem como em meios de transporte, para garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência. Além disso, estabelece a obrigatoriedade de que as empresas e órgãos públicos contratem pessoas com deficiência e forneçam recursos de reabilitação e proteção. A promoção dessas pessoas no mercado de trabalho também está vinculada de algum modo com a educação que venham a receber, ou seja, uma educação que promova o conhecimento de seus direitos e deveres.

Para garantir a inclusão, é preciso assegurar a acessibilidade nos ambientes educacionais, como salas de aula, bibliotecas e laboratórios, com a utilização de recursos como rampas, sinalização tátil e auditiva, mobiliário adaptado e equipamentos de tecnologia assistiva. Também é importante que os profissionais da educação sejam capacitados em relação às necessidades educacionais especiais e às estratégias pedagógicas para atender a todos os estudantes. Esses profissionais também devem ser capazes de fornecer um atendimento educacional especializado e adaptado às necessidades individuais de cada discente.

A educação inclusiva deve ser contínua, com a realização de atividades de formação

continuada para os profissionais da educação, bem como a participação dos pais e responsáveis no processo educacional, para que possam acompanhar o desenvolvimento de seus filhos e contribuir para a inclusão escolar. A participação dos pais também é essencial para garantir a efetividade das medidas de inclusão, além de incentivar a educação continuada para todos os envolvidos no processo educativo.

A LBI, no Art. 27, estabelece diversas disposições relacionadas ao direito à educação das pessoas com deficiência. Dentre essas disposições, destacam-se medidas como a garantia:

- I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;
- II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;
- III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia
- V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;
- XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;
- XVII - oferta de profissionais de apoio escolar; (BRASIL, 2015)

É fundamental que essas medidas sejam colocadas em prática para garantir que as pessoas com deficiência tenham acesso a uma educação de qualidade, que permita seu desenvolvimento pleno e sua participação na sociedade de forma igualitária. A implementação dessas medidas é um passo importante para alcançarmos uma sociedade verdadeiramente inclusiva e para garantir que as pessoas com deficiência tenham seus direitos assegurados e sejam valorizadas em todas as esferas da vida.

### 1.3.1 Barreiras urbanísticas, arquitetônicas e nos transportes

Desde o momento em que as pessoas com deficiência saem das suas casas, essas já encontram uma série de desafios pela frente. A começar pela falta de planejamento da cidade para oferecer uma qualidade de vida para pessoas com deficiência. De acordo com o Art.3º, alínea “a” da LBI, são barreiras urbanísticas as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo (BRASIL, 2015).

Destaco alguns exemplos de barreiras urbanísticas existentes em nosso cotidiano:

- Infraestrutura inadequada para pessoas com dificuldade de locomoção, como calçadas sem rampas ou sem meio-fio;
- Prédios e espaços públicos não acessíveis, como repartições públicas, escolas e

shopping centers sem rampas ou elevadores;

- Espaços públicos mal projetados ou mantidos, como parques ou praças, que dificultam a locomoção de pessoas com deficiência;
- Planos de evacuação de emergência inadequados para pessoas com deficiência;
- Dificuldade de acesso a serviços públicos, como hospitais, correios, escolas, transportes públicos, etc.

Já em relação às barreiras arquitetônicas, a LBI, no Art.3º, alínea “b”, estabelece como as existentes nos edifícios públicos e privados (BRASIL, 2015).

Alguns exemplos de barreiras arquitetônicas:

- Escadas sem rampas ou elevadores;
- Portas estreitas ou banheiros pequenos que não são acessíveis para pessoas com problemas de mobilidade;
- Falta de corrimãos ou outros dispositivos auxiliares para pessoas com problemas de mobilidade;
- Iluminação e acústica inadequadas para pessoas com deficiência visual ou auditiva.

Isso significa que arquitetos, engenheiros e demais profissionais devem seguir as normas e diretrizes estabelecidas em lei e normas técnicas, como a Norma Brasileira de Acessibilidade (ABNT NBR 9050, ed.3º, 2015) para garantir a acessibilidade nas edificações e espaços.

No que tange às barreiras de transportes a LBI, no Art.3º, alínea “c”, define como as existentes nos sistemas e meios de transportes (BRASIL, 2015).

Alguns exemplos de barreiras de transporte incluem:

- Ônibus, trens e metrô não acessíveis a pessoas com deficiência, como aqueles sem rampas ou elevadores;
- Inexistência de vagas de estacionamento acessíveis para pessoas com deficiência motora nos terminais de transporte;
- Falta de sinalização e informações em Braille ou formato de áudio para pessoas com deficiência visual;
- Falta de anúncios de áudio ou exibições visuais para pessoas com deficiência auditiva ou visual;
- Sistemas de iluminação e som inadequados para pessoas com deficiências sensoriais.

Tornar o transporte público acessível para pessoas com deficiência é um passo

importante para garantir a inclusão social dessas pessoas e a igualdade de oportunidades. É preciso assegurar que os veículos e terminais de transporte estejam equipados com as tecnologias de acessibilidade necessárias, de forma a permitir que todos possam utilizar esses serviços sem barreiras.

Sendo assim o transporte público, como ônibus, trens, metrô e aeroportos, deve ser acessível a pessoas com deficiência, ou seja, os veículos e terminais de transporte devem possuir os recursos de acessibilidade necessários, como rampas, elevadores, estacionamento acessível e sinalização em Braille, por exemplo. Isso garante que as pessoas com deficiência possam usar esses serviços sem barreiras e tenham acesso às mesmas oportunidades, serviços e atividades disponíveis para o resto da população.

### 1.3.2 Barreiras tecnológicas: comunicação e informações

De acordo com a LBI, Art.3º, alínea “d”, barreiras tecnológicas se referem a [...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação; (BRASIL, 2015).

Essas barreiras podem incluir:

- Acessibilidade inadequada de sites e aplicativos móveis, que não são compatíveis com tecnologias assistivas ou que não possuem texto alternativo para imagens;
- Acessibilidade inadequada de conteúdo digital, como vídeos sem legendas ou descrições de áudio.

A Lei Brasileira de Inclusão também tem como objetivo eliminar as barreiras que impedem a plena participação das pessoas com deficiência na sociedade, especialmente em relação às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e novas mídias. Para alcançar esse objetivo, a lei exige que todas as novas TICs e novas mídias sejam projetadas para serem acessíveis a pessoas com deficiência, e que as TICs e novas mídias existentes sejam adaptadas para serem acessíveis tanto quanto possível.

De acordo com a LBI, Art.3º, alínea “f”, as barreiras tecnológicas são as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias.

Essas barreiras podem incluir:

- Acessibilidade inadequada de dispositivos e equipamentos digitais, como smartphones e tablets que não possuem recursos de acessibilidade;
- Acessibilidade inadequada de serviços digitais, como bancos on-line e plataformas de comércio eletrônico que não são acessíveis a pessoas com

deficiência;

- Acessibilidade inadequada de sistemas de comunicação de emergência, como sistemas de alerta de emergência que não são acessíveis a pessoas com deficiência;
- Acessibilidade inadequada de sistemas públicos de informação e comunicação, como sistemas de anúncios públicos em transporte público que não são acessíveis a pessoas com deficiência.

A Lei Brasileira de Inclusão, em seu Art. 77, § 1º e § 3º, afirma que:

O poder público deve fomentar o desenvolvimento científico, a pesquisa e a inovação e a capacitação tecnológica, voltados à melhoria da qualidade de vida e ao trabalho da pessoa com deficiência e sua inclusão social.

§ 1º O fomento pelo poder público deve priorizar a geração de conhecimentos e técnicas que visem à prevenção e ao tratamento de deficiências e ao desenvolvimento de tecnologias assistiva e social.

§ 3º Deve ser fomentada a capacitação tecnológica de instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de tecnologias assistiva e social que sejam voltadas para melhoria da funcionalidade e da participação social da pessoa com deficiência. (BRASIL, 2015).

O governo brasileiro deve promover a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias acessíveis para garantir a inclusão digital das pessoas com deficiência. A educação deve ser prioridade. E caso os governantes não cumpram com suas obrigações em zelar pela educação inclusiva, no futuro novas consequências afetarão diretamente as pessoas com deficiência.

### 1.3.3 Barreiras atitudinais aos deficientes: doença ou diferenças?

As barreiras atitudinais são obstáculos invisíveis que dificultam a inclusão e o convívio social de pessoas que fogem dos padrões estabelecidos pela sociedade. Essas barreiras se manifestam na forma de preconceitos, estereótipos e estigmas em relação a gênero, raça, orientação sexual, idade, deficiência, entre outros aspectos. As atitudes e ações discriminatórias que impedem ou limitam o reconhecimento e o exercício dos direitos das pessoas com deficiência, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (BRASIL, 2015, Art. 3º, alínea “e”).

As barreiras atitudinais podem ser encontradas em diferentes âmbitos da sociedade, incluindo escolas, locais de trabalho e espaços públicos. A LBI ressalta a importância de superar essas barreiras, garantindo o acesso das pessoas com deficiência a todos os espaços e serviços públicos, promovendo a inclusão social e combatendo o preconceito e a discriminação.

Portanto, é essencial que as atitudes preconceituosas sejam combatidas e que a

sociedade se conscientize da importância de garantir a inclusão plena das pessoas com deficiência, sem que as barreiras atitudinais limitem sua participação em igualdade de oportunidades.

Essas barreiras atitudinais podem se manifestar de diversas formas, como:

- Discriminação, preconceito ou estereótipos negativos em relação às pessoas com deficiência;
- Falta de compreensão ou consciência das necessidades e direitos das pessoas com deficiência;
- Falta de sensibilidade ou empatia para com as pessoas com deficiência;
- Falha em fornecer acomodações ou apoio para pessoas com deficiência;
- Falha em reconhecer a diversidade das pessoas com deficiência e suas necessidades e experiências únicas.

A Lei Brasileira de Inclusão visa eliminar essas barreiras e garantir a plena participação das pessoas com deficiência na sociedade, promovendo seus direitos, conscientizando sobre a deficiência e a inclusão e incentivando atitudes e comportamentos positivos em relação às pessoas com deficiência.

A discriminação contra pessoas com deficiência é proibida em todas as áreas da vida social, incluindo o acesso a bens e serviços, educação, saúde e trabalho. No entanto, é importante destacar que as barreiras atitudinais são consideradas as mais difíceis de serem superadas, uma vez que envolvem mudanças nas atitudes e crenças das pessoas em relação à deficiência. Infelizmente, os preconceitos em relação às pessoas com deficiência são uma triste realidade que não pode ser ignorada.

No contexto da educação atual, está havendo um esforço para promover uma reflexão que supere esses estigmas e valorize a convivência e o respeito pela diferença. É necessário construir uma nova sociedade que realmente atenda a todos, sem se preocupar com as diferenças e que valorize a diversidade. A inclusão social é um processo fundamental nessa busca.

De acordo com Sassaki, inclusão social trata-se de um:

processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos (1999, p.41).

Ser deficiente não é uma doença, é um modo diferenciado de ser, cabendo à sociedade respeitar e conviver, a fim de que a pluralidade seja a base de uma educação norteadora para

desenvolver um ensino de qualidade, sem discriminação e preconceito.

Para Mantoan:

As escolas atendem às diferenças sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar currículos, atividades, avaliação da aprendizagem para alunos com deficiência e com necessidades educacionais especiais. (2003, p. 16)

O conceito de inclusão na educação de pessoas com deficiência se fundamenta na ideia de que todos os estudantes, independentemente de suas habilidades, devem ter acesso igualitário a oportunidades e recursos educacionais. Isso significa que todos os estudantes têm o direito a uma educação de qualidade, adaptada às suas necessidades, habilidades e pontos fortes individuais. A inclusão escolar busca promover um ambiente acolhedor e inclusivo, onde a diversidade é valorizada e celebrada, e onde todos os discentes possam aprender juntos, crescer e se desenvolver. A inclusão não se trata apenas de oferecer uma educação de qualidade para pessoas com deficiência, mas também de promover uma educação que seja justa e equitativa. Essa ideia aparece no pensamento de Lima, Silva e Silva, quando reforçam a importância da inclusão na educação:

A inclusão escolar significa o direito de igualdade de oportunidades educacionais para todos na educação regular. Fazer os serviços de educação especial na educação, de modo que todos os alunos, independentemente de classe, raça, gênero, sexo, características individuais ou necessidades educacionais especiais, possam aprender juntos numa escola de qualidade. Este é o grande desafio a ser enfrentado, numa clara demonstração de respeito à diferença e compromisso com a promoção dos direitos humanos. (2005, p. 98).

A educação inclusiva é um processo que envolve toda a comunidade escolar, desde gestores e professores até os próprios estudantes e suas famílias. É necessário promover uma cultura de inclusão e valorização da diversidade, com ações que promovam a adaptação do ambiente escolar e do currículo para atender às necessidades específicas de cada estudante. Assim, a escola inclusiva é um espaço que promove o desenvolvimento integral dos estudantes, preparando-os para a vida em sociedade de forma justa e igualitária.

Pessoas com deficiência não são doentes, mas diferentes. A deficiência é uma condição que afeta a forma como uma pessoa interage com o mundo ao seu redor, mas não define quem ela é como pessoa. Infelizmente, muitas vezes a sociedade tende a ver a deficiência como algo negativo, associando-a a doença, incapacidade e inferioridade. Isso leva a uma exclusão e segregação dessas pessoas, impedindo sua participação plena na sociedade.

É importante que a sociedade entenda que as pessoas com deficiência são tão capazes e valiosas quanto qualquer outra pessoa, e que a inclusão é fundamental para a promoção da

igualdade e da diversidade. A inclusão significa criar um ambiente que atenda às necessidades de todas as pessoas, independentemente de suas diferenças, e garantir que elas tenham as mesmas oportunidades e acesso aos mesmos recursos para se desenvolver enquanto pessoa e cidadãos. Portanto, é importante reconhecer a diferença, mas não permitir que isso se torne um obstáculo para a inclusão e a igualdade.

## **CAPÍTULO II - UM OLHAR INCLUSIVO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

A inclusão de pessoas com deficiência na educação brasileira é um tema importante e complexo. Ao longo dos anos, o país tem avançado em políticas públicas e leis que garantem o direito à educação para todos, independentemente de suas limitações. Ainda assim, há muito a ser feito para que a inclusão seja efetiva e não apenas uma ideia no papel.

De acordo com Aranha,

A história da atenção à pessoa com necessidades educacionais especiais tem se caracterizado pela segregação, acompanhada pela consequente e gradativa exclusão, sob diferentes argumentos, dependendo do momento histórico focalizado. No decorrer da História da Humanidade foram se diversificando a visão e a compreensão que as diferentes sociedades tinham acerca da deficiência. A forma de pensar e por consequência a forma de agir com relação à deficiência enquanto fenômeno e à pessoa com necessidades educacionais especiais enquanto ser modificaram-se no decorrer do tempo e das condições sócio-históricas. (2005, p. 5).

As deficiências sempre existiram, o que mudou foi a percepção acerca delas, o modo como cada ser humano deve ser acolhido, apesar de suas características singulares. Nesse sentido, a escola não pode ficar reproduzindo modelos de uma educação do passado. Cada sociedade tem seus valores e costumes, mas ao longo do tempo isso foi mudando, sendo aperfeiçoado e transformado num processo inclusivo, no qual todas as pessoas têm os mesmos direitos. A grande questão é sair do plano formal para o substancial, ou seja, sair do papel e fazer valer na prática uma educação inclusiva. Ser assegurado por lei e não ter profissionais qualificados que saibam trabalhar realmente a inclusão, permanece numa discussão vazia.

Um dos desafios da inclusão é a falta de acessibilidade nas escolas. Muitas instituições ainda não estão adaptadas para receber estudantes com deficiência, seja pela falta de rampas, elevadores ou banheiros adequados. É importante que haja investimento em infraestrutura para que as escolas se tornem acessíveis e acolhedoras para todos os estudantes. De acordo com Moraes (2007, p.29), “[...] a acessibilidade é vista como um meio de possibilitar a participação das pessoas nas atividades cotidianas que ocorrem no espaço construído, com segurança, autonomia e conforto”.

Além disso, a inclusão não deve ser apenas física, mas também pedagógica. É fundamental que os estudantes com deficiência tenham acesso ao mesmo currículo e às mesmas oportunidades de aprendizagem que os demais. Para isso, é necessário que haja adaptações metodológicas e materiais didáticos acessíveis.

A inclusão exige uma mudança de mentalidade e de valores nos modos de vida e é

algo mais profundo do que simples recomendações técnicas, como se fossem receitas. Requer complexas reflexões de toda a comunidade escolar e humana para admitir que o princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade, presente numa comunidade humana. (STRIEDER; ZIMMERMANN, 2013, P. 146)

Outro aspecto importante é a valorização da diversidade. É necessário que as escolas promovam a cultura da inclusão e a valorização das diferenças. Os estudantes devem aprender desde cedo a respeitar e a conviver com pessoas de diferentes características e modos de vida. Essa educação cada discente já deveria levar de casa. Os pais não podem atribuir isso como responsabilidade da escola.

A educação é um meio poderoso para a inclusão social e para abrir caminhos para um futuro humanizado. É preciso educar para unir e não para separar, criando alternativas viáveis para fortalecer o respeito e o acolhimento das diferenças na sociedade.

## **2.1 Inclusão na educação de pessoas com deficiência**

A inclusão de pessoas com deficiência é um tema frequentemente debatido e, quando se trata especificamente da inclusão dessas pessoas na educação, encontram-se diversas razões e problemas que justificam a falta de importância dada a este assunto. Às vezes, a própria pessoa com deficiência e sua família não enxergam a importância da inclusão, o que dificulta qualquer trabalho feito dentro da educação com essas pessoas. Se, por um lado, as pessoas com deficiência são excluídas pelo próprio sistema, isso pode ser pior quando essas mesmas pessoas acolhem como natural narrativas excludentes, contadas por classes dominantes que só sabem olhar para os indivíduos como um instrumento de trabalho.

De acordo com a Constituição Federal de 1988:

A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, Art. 205).

A Constituição Federal é direta ao abordar a educação como um direito de todos, além disso, precisa ser garantida pelo Estado, mas sempre considerando o início da mesma no seio da família. Desse modo, no primeiro momento a família, logo em seguida o estado como responsável para promover o pleno desenvolvimento da pessoa, ao mesmo tempo, possibilitando sua atuação como cidadão na sociedade a partir do exercício profissional.

A universalização desse direito coloca como essenciais pessoas que por muito tempo foram vistas como impossibilitadas de se realizarem enquanto pessoa e cidadão(ã). A inclusão de pessoas com deficiência, na educação, é fundamental para garantir o direito à

igualdade de oportunidades e promover uma sociedade mais justa e inclusiva. A sociedade tem um papel importante na promoção e incentivo à educação para todos. Por isso, é fundamental que as instituições educacionais promovam um ambiente inclusivo, incluindo aquelas com deficiência.

Para promover uma sociedade mais justa e inclusiva, é fundamental que as instituições educacionais estejam preparadas para receber e incluir pessoas com deficiência. É preciso investir em políticas e tecnologias que garantam a acessibilidade e a adaptação às necessidades individuais dessas pessoas, de forma a evitar a exclusão social e a falta de oportunidades de desenvolvimento. A falta de recursos e políticas inclusivas pode prejudicar não apenas a pessoa com deficiência, mas também a sociedade como um todo, que perde em diversidade e em potencialidades. Portanto, a inclusão deve ser encarada como uma responsabilidade coletiva, capaz de promover uma sociedade mais saudável e equitativa.

## **2.2 A política especial na perspectiva inclusiva**

No Brasil, a educação especial adotou uma perspectiva inclusiva, que busca assegurar o acesso e a permanência de pessoas com deficiência na educação regular, visando sua inclusão social. Essa política conta com as salas de recursos multifuncionais (SRM), que oferecem atendimento especializado aos estudantes com necessidades especiais, sem que eles precisem se afastar das escolas regulares. Esse tipo de atendimento garante que esses estudantes recebam um suporte adequado para seu desenvolvimento educacional, sem que isso os impeça de participar do ambiente escolar inclusivo. Com essa abordagem, busca-se promover uma educação mais inclusiva e igualitária, que respeita as diferenças e valorize a diversidade.

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar. (BRASIL, 2008, p.17).

A política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva adotada pelo Brasil é regida pela Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). Seu principal propósito é assegurar o acesso, a permanência e o êxito acadêmico de pessoas com necessidades especiais, como aquelas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, promovendo a inclusão social desses indivíduos na sociedade. Como parte dessa política, foram criadas as salas de recursos multifuncionais, que oferecem atendimento especializado aos estudantes

com necessidades especiais, permitindo que permaneçam matriculados nas escolas regulares.

Também estabelece que não apenas se garanta o acesso, permanência e sucesso educacional de pessoas com necessidades especiais, mas também promover ações de inclusão escolar efetivas. Entre essas ações estão adaptações curriculares e metodológicas, recursos pedagógicos e tecnológicos, além de formação de professores e outros profissionais capacitados para atender adequadamente aos estudantes com necessidades especiais. Essa política é fundamental para promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes, independentemente de suas habilidades e necessidades individuais.

### **2.3 Papel do professor na educação inclusiva: atendimento educacional especializado**

A formação dos professores deve ser voltada também para trabalhar com público diverso, mas infelizmente ainda hoje permanece a questão: os professores conseguem desenvolver um trabalho efetivo com pessoas com deficiência?. A verdade é que a maior parte dos professores não conseguem criar estratégias para trabalhar com estudantes com deficiência, sejam eles surdos ou mesmo um cadeirante. Por essa razão, muitos estudantes chegam no Ensino Médio sem a base necessária para acompanhar o processo educativo. Isso pode ter sérias consequências, pois o mercado de trabalho vai esperar algumas habilidades que não chegaram a ser trabalhadas.

A formação de professores para a educação inclusiva deve contemplar não apenas aspectos técnicos, mas também éticos e políticos, uma vez que a inclusão implica em transformações profundas nas práticas educativas, nas relações entre as pessoas e nas estruturas sociais que condicionam essas relações (BUENO, 1999, p. 157).

Diante disso, por mais que apareça um(a) especialista para auxiliar as pessoas com deficiência a se desenvolverem ao longo de sua formação acadêmica, isso pode demandar um tempo bem maior. Quando o trabalho não foi feito de forma adequada, na base, a tendência são os desafios, tanto para os professores, como para os estudantes. Isso prejudica os estudantes quando chegam ao ensino médio e superior.

As instituições precisam estar preparadas para atender às necessidades dessas pessoas e desenvolver estratégias de aprendizagem para todos(as). A falta de políticas e recursos inclusivos prejudica não apenas a pessoa com deficiência, mas a sociedade como um todo. Portanto, é importante investir em políticas públicas para garantir a efetiva inclusão dessas pessoas na educação. É preciso que as instituições, tanto públicas quanto privadas, sejam capazes de desenvolverem políticas inclusivas que contemplem todas as necessidades dessas pessoas. Além disso, é fundamental que todos, incluindo os servidores e estudantes, estejam envolvidos e capacitados para promover a inclusão efetiva. A implementação bem-sucedida

da inclusão é fundamental para garantir o pleno desenvolvimento e o preparo dessas pessoas para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O papel do professor em uma perspectiva inclusiva é fundamental para o sucesso da educação de pessoas com deficiência. Ele é responsável por planejar e desenvolver aulas e atividades que atendam às necessidades individuais dos estudantes, bem como por promover a inclusão e a participação desses estudantes na vida escolar. Além disso, o professor deve ser capaz de adaptar seus métodos e estratégias de ensino para atender às necessidades dos estudantes com deficiência e trabalhar em colaboração com outros profissionais, como psicólogos, fonoaudiólogos e assistentes de educação, para garantir que as necessidades sejam atendidas.

O papel do professor vai muito além de simplesmente transmitir conhecimentos e conteúdo. Ele é também responsável por criar um ambiente de aprendizagem positivo e seguro, onde os estudantes se sintam à vontade para expressar suas opiniões e ideias sem medo de julgamentos ou críticas.

Para isso, é fundamental que o professor desenvolva uma relação de confiança e respeito com os discentes e suas famílias, demonstrando interesse em suas vidas e experiências pessoais. Além disso, é importante que ele seja sensível e tolerante às diferenças culturais e individuais, garantindo um ambiente inclusivo e acolhedor na sala de aula.

Essas habilidades não só ajudam a criar um ambiente propício para o aprendizado, mas também podem melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes, pois eles se sentem mais motivados e engajados com o processo de aprendizagem. Portanto, é essencial que o professor esteja ciente da importância dessas competências e trabalhe constantemente para aprimorá-las em sua prática educativa.

A inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico. (MANTOAN, 1997, p.120).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma modalidade de ensino que tem como objetivo atender às necessidades educacionais especiais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, garantindo o seu acesso, participação e aprendizagem na educação regular. Essa modalidade pode ser oferecida de diversas formas, como recursos de apoio, classes especiais, classes comuns com recursos complementares, entre outras opções.

O AEE é uma forma de assegurar que esses estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, possibilitando o desenvolvimento do seu potencial pleno. Para isso, atividades

de ensino, adaptações curriculares, tecnologias assistivas e outras estratégias podem ser utilizadas de forma personalizada, de acordo com as necessidades e características de cada estudante.

Conforme a Resolução CNE/CEB 4/2009, no artigo 5º prevê que:

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições, comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios. (BRASIL, 2009a).

A formação dos professores para lidar com as salas de recursos multifuncionais é fundamental para garantir que eles estejam preparados para atender às necessidades educacionais especiais dos estudantes. Isso inclui treinamento em diversas áreas, como metodologias de ensino inclusivas, avaliação e adaptação de materiais de ensino, comunicação com estudantes com necessidades especiais e suas famílias, e recursos tecnológicos que possam ser utilizados para ajudá-los(as) a alcançar seus objetivos.

Além disso, é importante que os professores participem de programas de capacitação contínuos para se manterem atualizados sobre as últimas tendências e desenvolvimentos na educação inclusiva. Segundo Prieto, a necessidade de formação continuada dos professores deve ter foco na qualidade do ensino:

A formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais. (2006, p. 57).

A formação continuada possibilita uma constante atualização e aperfeiçoamento das habilidades e conhecimentos, com o objetivo de aprimorar sua prática pedagógica e contribuir para a melhoria da qualidade da educação. A formação continuada é também um dos pilares da política de educação especial no Brasil. Essa formação para professores pode incluir cursos, workshops, treinamentos e outras atividades que ajudem os professores a desenvolver habilidades e conhecimentos específicos para trabalhar com estudantes com necessidades especiais.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e a Lei Federal 7.853/89 (BRASIL, 1989) trouxeram mudanças significativas para a educação inclusiva no Brasil, definindo o atendimento educacional preferencialmente no ensino regular. Isso significa que as escolas devem garantir que os estudantes com deficiência tenham acesso a um ensino de qualidade, respeitando suas necessidades e características individuais. Essa mesma lei pode ser aplicada

para o ensino superior.

Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma modalidade de ensino que visa atender às necessidades educacionais especiais dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, garantindo o acesso, a participação e a aprendizagem desses estudantes na educação regular. O AEE pode ser oferecido em forma de recursos de apoio, classes especiais, classes comuns com recursos complementares, dentre outras opções, sempre priorizando a inclusão e o desenvolvimento pleno dos discentes. Esse investimento na base com estudantes com deficiência vai ajudá-los(as) a chegar no ensino médio e superior mais preparados. Não se pode adotar uma política negligente e deixar de buscar para os deficientes aquilo que é essencial para sua formação acadêmica.

Em resumo, a inclusão de pessoas com deficiência no ensino médio e superior é uma questão de direito e de justiça social. A garantia a priori do acesso à educação de qualidade, por meio do AEE e de outras medidas inclusivas, é fundamental para o desenvolvimento pleno da pessoa e sua participação na sociedade. É necessário aprimorar continuamente as políticas e práticas educacionais, buscando a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos.

## CAPÍTULO III - A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO IFTO – CAMPUS COLINAS DO TOCANTINS

### 3.1 Do lugar ao objetivo do *Campus Colinas do Tocantins* para uma educação inclusiva

A cidade de Colinas do Tocantins está localizada na região norte do Estado do Tocantins. O município de Colinas do Tocantins está localizado na Mesorregião Ocidental do Tocantins, fazendo parte da Microrregião de Araguaína, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Faz divisa ao norte com Nova Olinda e Bandeirantes do Tocantins; a leste com Palmeirantes e Tupiratins; ao sul com Presidente Kennedy e, a oeste, com Bandeirantes do Tocantins. Distante cerca de 274 km da capital do estado, Palmas, o município apresenta uma população estimada em 43.678 habitantes, em uma área de aproximadamente 843,84 km<sup>2</sup>, cuja densidade demográfica é de 36 hab/km<sup>2</sup>. Vale ressaltar que Colinas do Tocantins apresenta uma população predominantemente urbana, o que corresponde a 96,1 % da população total.

Já o *Campus Colinas do Tocantins* é uma unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), que foi autorizado a funcionar pela Portaria MEC Nº 505 em 10 de junho de 2014, revogada e atualizada pela Portaria MEC 1.074 de 30 de dezembro de 2014.

O *Campus Colinas do Tocantins*, localizado na Av. Bernardo Sayão, S/N - Setor Santa Maria, oferece uma variedade de cursos regulares, tais como: Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Programador Web, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, Concomitante ao Ensino Médio (EJA-EPT); Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, Licenciatura em Computação, Bacharelado em Engenharia Agrônômica, Pós-graduação *Lato Sensu* em Docência para Educação Profissional e Tecnológica, Pós-graduação *Lato Sensu* em Computação Aplicada, Pós-graduação *Lato Sensu* em Sistemas Integrados de Produção Agrícola. Além desses cursos, já se encontra em fase de implantação no semestre 2023/2, o Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, e aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia para funcionamento com data ainda não definida.

O IFTO *Campus Colinas do Tocantins* é um espaço em processo de crescimento que visa possibilitar aos cidadãos uma boa formação educacional, no intuito de intensificar a melhoria dos níveis educacionais - bem como permitir a formação de sujeitos atuantes, capazes de influenciar e inovar positivamente às demandas de natureza econômica, tecnológica e sociocultural.

Como já foi salientado em outros momentos do trabalho, a educação inclusiva é um direito de todos os cidadãos, independentemente de suas condições físicas, mentais ou sociais. No Instituto Federal do Tocantins (IFTO) - *Campus* Colinas do Tocantins, esse direito é levado a sério, sendo que a inclusão de pessoas com deficiência é uma prioridade. O objetivo é garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas condições, para que possam desenvolver seu potencial pleno e se prepararem para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A inclusão é uma das principais formas de garantir a igualdade de oportunidades e promover a justiça social. O IFTO - *Campus* Colinas do Tocantins é um exemplo de como a educação inclusiva pode ser efetivada.

O IFTO - *Campus* Colinas do Tocantins conta com uma equipe de profissionais altamente capacitados para atender às necessidades educacionais especiais de seus estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, por meio do atendimento educacional a partir da orientação da CNAPNE. Além de tradutores e intérpretes de libras, a equipe pedagógica fica sempre atenta às necessidades dos estudantes com deficiência e buscam promover com eles(as) um trabalho que permita acesso ao ensino de qualidade.

O IFTO dispõe de uma estrutura moderna e equipada para oferecer um ensino de qualidade aos seus estudantes. A instituição conta com laboratórios de informática, microbiologia, física, química, agropecuária e meio ambiente, além de uma biblioteca completa, auditório para eventos e espaços de convivência que possibilitam a interação entre os estudantes e a comunidade acadêmica. É importante ressaltar que nem todas as instalações da instituição são acessíveis, para que de fato haja a inclusão de pessoas com deficiência em todas as atividades acadêmicas e extracurriculares.

Cada curso tem suas especificidades, e o campus deve estar pronto para atender as pessoas com deficiências em quaisquer modalidades que queiram estudar. O importante é oferecer uma educação igualitária, possibilitando em ambas as áreas um bom desempenho dos estudantes. Por exemplo, quaisquer estudantes que possuam alguma deficiência ou não que entraram no curso de informática, seja médio ou superior, podem atuar no mercado de trabalho com conhecimentos teóricos e práticos na área de tecnologia da informação. Esses estudantes têm a oportunidade de aprender a desenvolver softwares, gerenciar redes de computadores, além de adquirir conhecimentos em sistemas operacionais, banco de dados, entre outros assuntos relacionados à área. A formação integrada permite que os estudantes desenvolvam habilidades técnicas e socioemocionais, além de obterem uma formação geral

de qualidade, preparando-os para ingressar no mercado de trabalho ou para continuar seus estudos em nível superior.

De modo semelhante, o curso de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do *Campus* Colinas do Tocantins tem como objetivo formar profissionais com conhecimentos técnicos e científicos na área agropecuária, com habilidades e competências para atuar em diversas atividades relacionadas ao setor agrícola, pecuário e agroindustrial. Durante o curso, os estudantes têm a oportunidade de aprender sobre gestão de negócios rurais, manejo e conservação do solo e da água, agroindústria, nutrição e alimentação animal, produção vegetal e animal, entre outros temas relevantes para a atuação no campo. São atividades que não descartam ou isolam pessoas com deficiência. Aliás, temos estudantes do IFTO – *Campus* Colinas do Tocantins que conseguem desenvolver com maestria essas atividades técnicas em agropecuária.

E por que não alçar voos mais altos? Pensando nisso, é importante dizer que alguns estudantes com deficiências já passaram ou estão cursando Licenciatura em Computação e Engenharia Agrônoma, no *Campus* Colinas do Tocantins. Ambos os cursos possuem uma exigência maior, mas que nada pode ser visto como empecilho para se tornarem bons profissionais naquilo que estão buscando.

A Licenciatura da Computação, oferecida pelo *Campus* Colinas do Tocantins do IFTO, tem como objetivo formar professores para o ensino de computação nas escolas de educação básica, capacitando-os para atuarem em diversas áreas, como programação, banco de dados, redes de computadores, entre outras. O curso busca desenvolver a habilidade dos estudantes em utilizar as tecnologias de informação e comunicação (TICs) como ferramenta pedagógica, além de promover a reflexão crítica sobre o papel da computação na sociedade. Com duração de quatro anos, a graduação em Licenciatura da Computação possibilita ao estudante uma formação ampla e atualizada, com disciplinas teóricas e práticas que visam a formação de profissionais competentes e comprometidos com a educação de qualidade.

Quanto ao Bacharelado em Engenharia Agrônoma é um curso superior que visa formar profissionais capazes de atuar no desenvolvimento de tecnologias e práticas voltadas para a produção agrícola, agropecuária e ambiental. No *Campus* Colinas do Tocantins, o curso é oferecido com duração de cinco anos e tem como objetivo capacitar os estudantes para atuar em diversas áreas, tais como gestão de propriedades rurais, manejo e conservação de recursos naturais, pesquisa e desenvolvimento de tecnologias agrícolas, dentre outras.

Além da presença de pessoas com deficiência nos cursos técnicos e superiores, também há matriculados nas pós-graduações *lato sensu*. Em todas as especializações, os

estudantes têm a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos em áreas que escolheram estudar. Cada pós-graduação tem suas especificidades. A pós-graduação em Docência para Educação Profissional e Tecnológica, tem como objetivo formar profissionais capacitados para atuar como docentes em cursos de educação profissional e tecnológica, como metodologias de ensino, tecnologias educacionais, gestão de sala de aula, avaliação educacional, entre outras. Além disso, a especialização também aborda temas relacionados à legislação educacional, à elaboração de projetos pedagógicos e à formação continuada de professores.

Quanto à pós-graduação *lato sensu* em Computação Aplicada, tem como objetivo capacitar profissionais da área de tecnologia da informação para atuarem em projetos de desenvolvimento de software e sistemas computacionais. Durante o curso, os estudantes terão a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos em linguagens de programação, banco de dados, redes de computadores, segurança da informação, inteligência artificial, entre outros. Além disso, a especialização também aborda temas relacionados à gestão de projetos de software, à arquitetura de sistemas e ao desenvolvimento de aplicações para dispositivos móveis e web.

Já a pós-graduação em Sistemas Integrados de Produção Agrícola tem como objetivo capacitar profissionais para atuarem no desenvolvimento, implantação e gestão de sistemas integrados de produção agrícola. Durante o curso, os estudantes terão a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos em temas como manejo de solos e água, produção vegetal e animal, gestão de propriedades rurais, agroindústria, entre outros. Além disso, a especialização também aborda temas relacionados à sustentabilidade na agricultura, tecnologias aplicadas à produção agrícola e ao mercado de agronegócios.

E finalmente, o IFTO acompanha também a evolução dos tempos, buscando abrir espaço para todos(as) que buscam efetivamente uma formação acadêmica.

Finalmente, desde os espaços e os instrumentos utilizados no processo educativo no IFTO - *Campus* Colinas do Tocantins, tudo isso, caracteriza oportunidades e facilidades para se investir numa boa formação acadêmica. É uma formação aberta. Frente a isso tudo, os estudantes com deficiência não são vistos como problemas, mas como pessoas que tem muito a contribuir com suas habilidades e técnicas de aprender e compartilhar saberes.

### **3.2 Os desafios da educação inclusiva com pessoas deficientes no Campus Colinas do Tocantins do IFTO**

O objetivo da pesquisa foi avaliar as condições efetivas de uma educação inclusiva

para pessoas com deficiência no *Campus Colinas do Tocantins*, identificando as possíveis barreiras e sugestões para superá-las. O trabalho também destaca a necessidade de investir na capacitação dos profissionais da educação e na infraestrutura das instituições para acompanhar as necessidades das pessoas com deficiências. É fundamental que, ao se adotar uma postura inclusiva, a escola não se limite a oferecer apenas acesso, mas também, promover a efetiva participação e integração das pessoas no desenvolvimento de uma educação de qualidade.

Nesse tópico é possível responder com mais precisão algumas questões que a pesquisa se propôs investigar. A primeira questão é saber se realmente o IFTO *Campus Colinas do Tocantins* é inclusivo. Ora, a instituição busca acolher a todos(as), sem distinção. E, ao mesmo tempo, quer que todas as pessoas possam participar ativamente do processo de aprendizagem sem serem discriminadas.

Para argumentar melhor sobre essa questão, vários fatores são essenciais, no processo de construção de uma educação inclusiva no IFTO - *Campus Colinas do Tocantins*:

- a família precisa oferecer apoio à instituição e a instituição à família;
- a instituição precisa ter um grupo articulado que dê todo o suporte para um trabalho efetivo com as pessoas com deficiência;
- a instituição precisa de servidores preparados para trabalhar com a educação inclusiva;
- a instituição precisa de uma adequação arquitetônica e pedagógica, a fim de oferecer um espaço acolhedor para todas essas pessoas;
- a educação deve ser plural e não segregacionista.

Boa parte das políticas de inclusão no *Campus Colinas do Tocantins* estão concentradas na CNAPNE, levando em consideração que não é somente ela que deve atuar para que de fato haja a inclusão da Pessoa com Deficiência. É necessário o apoio das coordenações de curso, gerência de ensino e demais coordenações de setores pedagógicos. Cada setor, busca seguir o que é estabelecido por lei no que se refere à educação inclusiva. Tem havido diálogo e seguimento do que existe na legislação que oferece total suporte para a instauração da educação inclusiva. Isso já responde a outra questão que se refere ao cumprimento dos marcos legais para uma educação inclusiva.

Além dos fatores já mencionados, outros aspectos podem influenciar no processo de uma educação inclusiva no campus. A falta de recursos financeiros e a falta de políticas públicas específicas para inclusão podem ser considerados obstáculos a serem enfrentados. Para isso, é necessário o engajamento de todos os envolvidos, desde a família até as

autoridades governamentais, a fim de garantir a implementação de políticas e recursos que facilitem o acesso e a permanência das pessoas com deficiência na escola. Quando os projetos políticos deixam de existir, as pessoas com deficiência são extremamente afetadas, pois ainda é um público invisibilizado em alguns momentos.

Ainda é comum encontrar preconceitos e estereótipos em relação às pessoas com deficiência, o que pode influenciar negativamente a educação inclusiva. É importante que as instituições de ensino sejam espaços de discussão e reflexão sobre as diferenças e seus direitos, bem como de promoção da igualdade de oportunidades e de combate a qualquer forma de discriminação.

É responsabilidade tanto dos órgãos públicos quanto das instituições privadas garantir a acessibilidade e o direito à igualdade de oportunidades no acesso à educação. Para isso, é necessário que tais entidades elaborem e promovam políticas públicas que permitam a aquisição de equipamentos e tecnologias assistivas para a acessibilidade, além de desenvolverem estratégias de aprendizagem para o uso adequado desses recursos, tanto por parte dos servidores quanto dos estudantes.

Apesar dos avanços e das garantias legais que têm sido estabelecidas para a inclusão de pessoas com deficiência, ainda persistem resistências e obstáculos que dificultam a promoção dos seus direitos. No entanto, é fundamental que as políticas públicas de inclusão sejam implementadas de forma efetiva e coerente, a fim de garantir, não somente o acesso, mas também a plena participação das pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida.

Existe uma infraestrutura que consegue atender tais pessoas de modo perspicaz. Desse modo, aproveitando-se do que se tem, é possível oferecer uma educação que faça a diferença na vida de todas essas pessoas, uma educação que possa atender além do aspecto profissional a dimensão humana, cidadã, tornando cada pessoa uma responsável pelo mundo que habita.

Faz-se necessário enfatizar que a inclusão não é um processo fácil e rápido. É preciso investir em formação continuada dos profissionais da educação, bem como na adaptação de metodologias de ensino que valorizem aspectos singulares de cada ser humano. Com o trabalho conjunto e o comprometimento de todos os envolvidos, é possível construir uma educação inclusiva e de qualidade, que respeite as diferenças e promova a igualdade de oportunidades para todas as pessoas.

### **3.3 Tecnologias assistivas (TA) na educação inclusiva do Campus Colinas do Tocantins do IFTO**

É papel também desta pesquisa realizar uma análise das políticas de inclusão

implementadas no *Campus* Colinas do Tocantins, com foco no uso de tecnologias assistivas para promover a igualdade no ensino. Além disso, busca-se avaliar a efetividade dessas políticas em relação à inclusão de pessoas com deficiência. A questão a ser respondida é: como as tecnologias assistivas estão sendo utilizadas para garantir a inclusão bem-sucedida? Ao longo desse tópico essa problemática será esclarecida.

Conforme Schirmer et al.:

Tecnologia assistiva é uma expressão utilizada para identificar todo arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, consequentemente, promover a vida independente e inclusiva.(2007, p. 31).

Tecnologias Assistivas, são recursos e serviços que ajudam a proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência, visando promover a vida independente e a inclusão social dessas pessoas. A importância das TA, é que elas podem ajudar as pessoas com deficiência a superar barreiras e participar plenamente da vida social e comunitária, acessando educação, trabalho e atividades de lazer.

A tecnologia assistiva pode ter um papel significativo na aprendizagem da pessoa com deficiência em qualquer instituição. Mas, para que ocorra a presença desta nas instituições escolares e, portanto, na sala de aula e nos espaços da escola, é necessário entender sua relevância e estimular políticas públicas que fortaleçam quesitos como a aquisição, formação para o uso de equipamentos tecnológicos de acessibilidade. A acessibilidade inclui a adaptação física do ambiente escolar, bem como o uso de tecnologias assistivas para garantir que os estudantes com deficiência possam acessar plenamente as instalações e atividades.

Tais tecnologias assessoram pessoas com deficiência visual, auditiva, física ou intelectual, ao mesmo tempo que incluem, desde adaptações simples, como amplificadores de som e lupas, até tecnologias mais avançadas, como programas de reconhecimento de voz e sistemas de navegação. São ferramentas que podem ajudar os estudantes com necessidades educacionais específicas a acessar o conteúdo da sala de aula, comunicar-se com professores e colegas, e participar de atividades extracurriculares. Além disso, as tecnologias assistivas podem ajudar os estudantes (as) a desenvolver habilidades de independência e autoestima, aumentando sua participação e engajamento na escola e na comunidade.

Na educação, essas tecnologias podem incluir desde programas de computador com recursos de ampliação de texto e fala, até dispositivos de comunicação alternativos e adaptações mecânicas para ajudar os estudantes a interagir com o ambiente escolar. Alguns desses instrumentos ainda não se encontram no *Campus* Colinas do Tocantins, devido ao fato de que cada pessoa com deficiência tem suas necessidades específicas, e, uma devida

tecnologia pode não ter efetividade, mesmo que utilizada com pessoas com deficiência a que se aplica. Assim, cada tecnologia vai sendo demandada de acordo com o ingresso de estudantes com deficiência e a identificação de suas necessidades específicas. Esse fato torna mais desafiador ainda o trabalho da CNAPNE e do campus, de modo geral, pois precisam dispor de tecnologias assistivas que prevejam o atendimento, de forma geral, às diversas categorias de deficiências, mas, só na prática, ao atender cada pessoa com suas especificidades é que se elenca as ferramentas e metodologias mais apropriadas a cada pessoa. Mas o campus precisa, de forma geral, pensar numa ética a longo prazo, já preparando demandas que certamente aparecerão no futuro.

Algumas tecnologias assistivas comuns, utilizadas em salas de aula, incluem:

- Leitores de tela, que permitem que os estudantes ouçam o conteúdo do texto exibido na tela;
- Teclados adaptados, que podem ser configurados de acordo com as necessidades individuais do estudante;
- Sistemas de ampliação de tela, que ajudam os estudantes com necessidades relacionadas à visão a visualizarem o conteúdo da tela com maior clareza;
- Dispositivos de comunicação alternativos, que permitem que os estudantes com dificuldades de fala se comuniquem de outras formas, como através de imagens ou símbolos;
- Programas de reconhecimento de fala: que permitem que estudantes com dificuldades motoras possam controlar o computador e digitar comandos de voz;
- Software de síntese de fala: que permite que estudantes com dificuldades de fala possam se comunicar através de uma voz sintética;
- Ferramentas de organização e gerenciamento de tempo: que ajudam estudantes com dificuldades de atenção e organização a se manterem focados e a gerenciar suas tarefas; dentre outras.

Essas tecnologias assistivas podem ser usadas em conjunto com outras estratégias de inclusão educacional, como o uso de adaptações curriculares e o trabalho com professores e outros profissionais da área da educação. É importante notar que as tecnologias assistivas não são uma solução única para todos os estudantes com necessidades educacionais específicas, e devem ser utilizadas como parte de um plano de atendimento mais amplo que inclua outras estratégias de inclusão e adaptações curriculares. Ademais, é importante que os professores e outros profissionais da escola recebam treinamento adequado para utilizar eficazmente essas tecnologias em sala de aula.

É importante avaliar as necessidades individuais de cada discente e desenvolver planos de atendimento educacional específicos que incluam tecnologias assistivas selecionadas de forma apropriada e com suporte adequado. Bersch ressalta que,

A TA deve ser entendida como um auxílio que promoverá a ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou possibilitará a realização da função desejada e que se encontra impedida por circunstância de deficiência ou pelo envelhecimento. (2017, p. 2).

As tecnologias assistivas podem incluir desde dispositivos simples, como lupas e canetas falantes, até sistemas complexos, como programas de reconhecimento de voz, dispositivos de acesso a computadores, teclados adaptativos, dispositivos de ampliação de tela, sistemas de leitura de tela, entre outros. Essas tecnologias podem ajudar os estudantes com deficiência a acessar conteúdo de ensino, a se comunicar e a participar de atividades em sala de aula, melhorando assim sua capacidade de aprendizagem e sua participação social. Elas podem ser utilizadas em diferentes áreas, como na educação, no trabalho, na comunicação e na mobilidade. É importante que essas tecnologias sejam desenvolvidas de forma acessível e fácil de usar, para que possam ser utilizadas por um maior número de pessoas com necessidades específicas.

É importante que essas tecnologias sejam usadas de forma adequada, e para isso é necessário o acompanhamento de um profissional especializado em inclusão para garantir que elas sejam utilizadas de maneira eficaz para maximizar o potencial de benefícios para os estudantes. Por outro lado, vale dizer que as tecnologias assistivas não são uma solução única para todas as necessidades de inclusão, e que outras medidas também podem ser necessárias, como adaptações físicas, acesso a recursos de ensino e suporte para habilidades socioemocionais.

Além disso, também é importante que as instituições de ensino desenvolvam políticas e práticas de inclusão para garantir que os estudantes com deficiência tenham acesso a tecnologias assistivas e a recursos pedagógicos e de apoio, e que eles sejam incluídos e valorizados como membros plenos da comunidade escolar.

Para Correa, Moro e Valentini (2021, p. 2963), “Para uma instituição ser inclusiva ela precisa dar conta de muitos aspectos, como: acessibilidade, flexibilidade curricular, professores, gestores técnicos capacitados, práticas pedagógicas diferenciadas, entre outras”.

A flexibilidade curricular é a capacidade de adaptar o conteúdo e as metodologias de ensino para atender às necessidades individuais dos estudantes, incluindo aqueles com deficiência. Professores e gestores capacitados são essenciais para garantir que eles estejam preparados para atender às necessidades dos estudantes com deficiência e para liderar a

implementação de políticas e práticas de inclusão. Práticas pedagógicas diferenciadas podem incluir o uso de estratégias de ensino adaptadas, recursos pedagógicos e tecnologias assistivas para ajudar os estudantes com deficiência a acessar e compreender o conteúdo.

É importante entender a relevância das tecnologias assistivas nas instituições escolares e estar ciente de sua importância para garantir a inclusão de estudantes com deficiência. A presença de tecnologias assistivas nas escolas permite que os estudantes com deficiência tenham acesso pleno às instalações e atividades escolares, bem como ao conteúdo de ensino. Além disso, podem melhorar a compreensão e a participação em atividades escolares.

Para garantir a presença de tecnologias assistivas nas escolas, é importante desenvolver políticas públicas que fortaleçam a aquisição e a formação para o uso desses equipamentos. Isso pode incluir a destinação de recursos financeiros para a compra de tecnologias assistivas, bem como a formação de professores e funcionários escolares para o uso desses equipamentos. Isso não é nada fácil, num país que passou por uma recessão e cortou orçamento em grande escala das universidades públicas. Ademais, é importante garantir que as tecnologias assistivas sejam compatíveis com as necessidades dos estudantes com deficiência e sejam regularmente atualizadas e mantidas.

É importante que haja ainda estratégias de comunicação e relacionamento entre a instituição, os pais e os estudantes para que haja a adequação das tecnologias assistivas a cada caso, assim como a formação para uso.

Quando o estudante com deficiência é inserido na rede regular de ensino, faz-se necessário que ela possua o Atendimento Educacional Especializado (AEE), incluindo a obtenção da Sala de Recursos Multifuncionais, onde deve ser oferecido um arsenal de equipamentos aos quais os estudantes com deficiência possam recorrer, bem como Tecnologias Assistivas, como instrumento de grande importância para a permanência e êxito do estudante.

Esse atendimento, no *Campus* Colinas do Tocantins, acontece na Coordenação do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas-CNAPNE, a qual trabalha para identificar e assessorar estudantes com necessidades específicas. Atualmente o campus atende o quadro de estudantes com necessidades específicas, conforme Quadro 01 a seguir, além de outros em fase diagnóstica:

**QUADRO 01** - Estudantes com deficiência e/ou transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação do Campus Colinas do Tocantins 2023/1

| <b>ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA E/OU TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO DO CAMPUS COLINAS DO TOCANTINS 2023/1</b> |                                                               |                                                                 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|
| <b>Deficiência</b>                                                                                                                                   | <b>TGD e altas habilidades/superdotação</b>                   | <b>Descrição do Curso</b>                                       |
| 01 Deficiência Intelectual                                                                                                                           | -                                                             | Licenciatura em Computação                                      |
| 02 Baixa Visão                                                                                                                                       | -                                                             | Licenciatura em Computação                                      |
| 02 Baixa Visão                                                                                                                                       | -                                                             | Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio               |
| 01 Baixa Visão                                                                                                                                       | -                                                             | Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio                |
| 01 Deficiência Múltipla                                                                                                                              | -                                                             | Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Computação Aplicada |
| 01 Deficiência Auditiva                                                                                                                              | -                                                             | Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio               |
| 02 Deficiência Auditiva                                                                                                                              | -                                                             | Licenciatura em Computação                                      |
| 03 Deficiência Física                                                                                                                                | -                                                             | Licenciatura em Computação                                      |
| 01 Deficiência Física                                                                                                                                | -                                                             | Bacharelado em Engenharia Agrônoma                              |
| 01 Deficiência Física                                                                                                                                | -                                                             | Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Computação Aplicada |
| -                                                                                                                                                    | 01 Autismo                                                    | Licenciatura em Computação                                      |
| -                                                                                                                                                    | 01 Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade - TDAH | Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio                |
| -                                                                                                                                                    | 01 Autismo                                                    | Bacharelado em Engenharia Agrônoma                              |

FONTE: CNAPNE, 2023.

A CNAPNE, atualmente dispõe do atendimento especializado de três Tradutoras e Intérpretes de Libras, pois conta com um quadro de três estudantes surdos. Já se encontra em andamento a contratação de mais um(a) Tradutor(a) e Intérprete de Libras e um(a) Profissional em Atendimento Educacional Especializado (AEE), para colaborar nas ações da coordenação.

Segundo Damázio,

A escola comum deve oferecer acesso à educação para todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais. A escolarização em um turno e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em outro turno pode ser uma opção para alguns

discentes com necessidades especiais, mas isso depende das necessidades individuais de cada aluno (a) e deve ser avaliado caso a caso. (2007, p. 15).

O AEE é um serviço educacional especializado que atende discentes com necessidades educacionais especiais em diversas modalidades, como o ensino em sala de recursos, o ensino em sala de apoio, o ensino em classes especiais, entre outros. Ele pode ser desenvolvido dentro ou fora do ambiente regular de ensino, com objetivo de atender às necessidades educacionais específicas dos alunos, proporcionando-lhes condições de acesso, permanência e sucesso na escola regular.

Alguns estudantes podem se beneficiar de um AEE em outro turno, como discentes com necessidades especiais severas que precisam de um atendimento mais intensivo ou alunos com necessidades especiais que precisam de mais tempo para completar suas tarefas escolares. O importante é que todos(as) possam ter uma inclusão plena na escola regular e se tornar cada vez mais autônomo e não precisar de um AEE em outro turno.

É importante que haja uma avaliação individualizada e um planejamento cuidadoso para determinar se o AEE em outro turno é a melhor opção para o estudante em questão, e se assim for, deve ser garantido o acesso a recursos e apoios necessários para garantir o sucesso dos discentes. O Ministério da Educação, destaca que o Atendimento Educacional Especializado (AEE),

O AEE é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Ele deve ser articulado com a proposta da escola regular, embora suas atividades se diferenciam das realizadas em salas de aula de ensino comum. (BRASIL, 2009b, p.3).

É importante que os professores e outros profissionais envolvidos na utilização das tecnologias assistivas tenham treinamento adequado para garantir que elas sejam utilizadas de forma correta e eficaz. O treinamento deve incluir informações sobre as diferentes tecnologias disponíveis, suas características e funcionalidades, bem como como elas podem ser utilizadas para atender às necessidades dos estudantes com deficiência.

Além disso, é importante que os professores tenham acesso aos suportes técnicos para lidar com problemas ou dúvidas que possam surgir durante o uso das tecnologias assistivas. Dessa forma, será possível garantir que as tecnologias assistivas sejam utilizadas de forma a maximizar seus benefícios para os estudantes e melhorar a qualidade do ensino. Segundo os PCNs, existe

A necessidade de um sistema educacional inclusivo, que facilite a inserção de todos, sem distinção de condições linguísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, étnicas, socioeconômicas, um sistema educacional planejado e organizado para dar conta da diversidade dos alunos e oferecer respostas adequadas às suas

características e necessidades específicas (BRASIL, 1998, p.17).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) abordam a inclusão de pessoas com deficiência na educação básica e estabelecem diretrizes para que essas pessoas possam ter acesso a uma educação de qualidade. De acordo com os PCNs, é importante que a escola seja adaptada para atender às necessidades das pessoas com deficiência, incluindo acessibilidade física e recursos pedagógicos específicos. Além disso, os professores devem estar preparados para atender às necessidades educacionais desses estudantes e a escola deve oferecer programas de suporte para ajudar esses estudantes a alcançar seus objetivos educacionais.

O currículo escolar deve ser adaptado para atender às necessidades de cada estudante, incluindo os estudantes com deficiência. Isso inclui a utilização de recursos pedagógicos apropriados e a adaptação de atividades e avaliações para atender às necessidades individuais dos estudantes. Além disso, é importante que a escola valorize o potencial de cada estudante e promova a interação entre os estudantes, independentemente de suas habilidades. Isso pode ser alcançado através de ambientes de aprendizagem heterogêneos, onde os estudantes aprendem uns com os outros e desenvolvem habilidades importantes como a colaboração e a empatia.

Também segundo os PCNs, é importante que a escola ofereça oportunidades para que os estudantes com deficiência possam desenvolver suas habilidades e superar suas limitações, utilizando materiais adaptados, tecnologias assistivas e avaliações adaptadas, além de estratégias de ensino que favoreçam a interação e a colaboração entre os estudantes.

Flexibilização curricular é uma estratégia que pode ser usada para criar um ambiente de aprendizagem inclusivo. Ela permite que os professores adaptem o currículo para atender às necessidades individuais dos estudantes e ofereçam atividades e avaliações que sejam significativas para cada um. Além disso, é importante que a escola promova a convivência humana, onde todos são respeitados em suas individualidades e diferenças. Isso é essencial para construir uma sociedade bem-sucedida e inclusiva.

É necessário que a escola faça adaptações contínuas para incluir pessoas com deficiência no ensino regular. Isso envolve atender às necessidades e diversidades de cada estudante, fornecer oportunidades de aprendizagem significativas e usar estratégias pedagógicas e de ensino apropriadas. Além disso, é importante que a escola forneça ferramentas e recursos para ajudar os estudantes com deficiência a participar plenamente da vida escolar. Tecnologias assistivas, como software de leitura de tela, teclados adaptados e sistemas de amplificação, podem ser úteis para atender às necessidades individuais dos

estudantes e garantir que eles se sintam incluídos no ambiente escolar.

### **3.4 O IFTO Campus Colinas do Tocantins é realmente inclusivo?**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, *Campus Colinas do Tocantins*, como instituição de ensino, tem como missão promover a formação de cidadãos críticos, éticos, solidários e empreendedores, capazes de transformar a sociedade. Para atingir esse objetivo, é fundamental que a instituição seja inclusiva, ou seja, que acolha e valorize a diversidade e atenda às necessidades de todos os seus estudantes.

As políticas públicas destinadas a atender as necessidades das pessoas com deficiência vêm sendo debatidas há anos, buscando garantir o respeito aos direitos e à dignidade desses indivíduos. No IFTO – *Campus Colinas do Tocantins* não existem regulamentos específicos voltados para atender as pessoas com deficiência. As orientações seguidas são de documentos como a Constituição Federal, LDB e Decretos que contribuem para que essas pessoas tenham direito a uma educação de qualidade.

Para avaliar se o IFTO - *Campus Colinas do Tocantins* é realmente inclusivo, é necessário analisar alguns aspectos. Em primeiro lugar, é preciso verificar quais as políticas e práticas que promovem a inclusão dentro da instituição. Em segundo lugar, é necessário avaliar se a instituição está cumprindo com os marcos legais para a educação inclusiva, e se realmente garantem que todos os estudantes tenham acesso aos mesmos recursos e oportunidade.

No que diz respeito às políticas e práticas de inclusão, o IFTO - *Campus Colinas do Tocantins* tem um conjunto de ações que visam atender aos diferentes perfis de estudantes e garantir a igualdade de oportunidades. Entre essas ações, vale citar a oferta de assistência estudantil, que inclui auxílio transporte, auxílio moradia e alimentação, bem como a inclusão por meio do respeito à Lei de Cotas, presente em todos os seus editais de processo seletivo de estudantes, processo seletivo para servidores e até mesmo para estagiário, garantindo a oferta de vagas para grupos historicamente excluídos.

Além disso, o IFTO - *Campus Colinas do Tocantins* possui a Coordenação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (CNAPNE), que tem como objetivo garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes com deficiência na instituição. Esse núcleo oferece serviços como intérprete de libras, recursos de acessibilidade, adaptação de materiais didáticos, entre outros.

Frente a isso, a missão do IFTO é formar profissionais qualificados e engajados em contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural da região. A instituição compreende que para alcançar essa meta é essencial valorizar a inclusão e a diversidade. Por

isso, o IFTO adota medidas para garantir igualdade de oportunidades a todos os seus estudantes, independentemente de sua origem, gênero, raça ou condição socioeconômica.

Atualmente no *Campus* Colinas do Tocantins temos uma Professora Efetiva formada em Libras e três tradutoras e intérpretes de Libras que vem desenvolvendo um brilhante trabalho no IFTO *Campus* Colinas do Tocantins, tanto no ensino médio como superior.

Mas, não é em todos os espaços educativos que esses profissionais atuam, apesar de precisarem. Isso por falta de investimento na educação, e muitas vezes, até cobrança por parte dos educadores aos governantes para trazerem profissionais dessa natureza para o sistema de ensino. Pensar as partes e não o todo fragmenta a educação e a torna excludente.

A CNAPNE também tem promovido a sensibilização de estudantes sobre a importância da inclusão e da acessibilidade. Isso inclui a realização de palestras e eventos que abordam temas relacionados à inclusão e à diversidade. Além disso, o campus tem incentivado a participação de pessoas com deficiência em todas as atividades acadêmicas e culturais, garantindo que suas opiniões sejam ouvidas e consideradas em todas as decisões tomadas pela instituição.

No que diz respeito à efetividade das políticas e práticas de inclusão, é importante destacar que o IFTO - *Campus* Colinas do Tocantins tem se destacado na oferta de cursos técnicos e superiores em áreas estratégicas para o desenvolvimento regional. Para cumprir essa missão, o IFTO *Campus* Colinas do Tocantins tem implementado diversas medidas para tornar suas instalações, serviços e recursos mais acessíveis. Uma das primeiras medidas adotadas foi a avaliação de barreiras arquitetônicas e a adaptação dos espaços físicos, garantindo que pessoas com deficiência possam circular livremente pela instituição e acessar todas as áreas e serviços.

A presença de rampas de acesso, corrimão, piso tátil, portas na largura adequada no que tange a NBR 9050 para passar cadeiras de rodas em todos os prédios e banheiros com acessibilidade são elementos fundamentais para a inclusão das pessoas com deficiência. Além disso, o *Campus* tem investido na oferta de tecnologias assistivas, como softwares e equipamentos que auxiliam pessoas com deficiência a acessar informações e realizar atividades acadêmicas.

Além desses recursos, o campus também oferece serviços de atendimento especializado para estudantes com deficiência, como psicólogos, assistentes sociais, intérpretes de Libras, enfermeiros e outros, contribuindo para que os discentes com deficiência possam ter um ambiente de ensino inclusivo e de qualidade.

Diante de tudo isso, é possível sim afirmar que o IFTO - *Campus* Colinas do

Tocantins é uma instituição inclusiva, que tem se dedicado a garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos seus estudantes que possuem algum tipo de deficiência. A instituição tem políticas e práticas de inclusão efetivas e valoriza a diversidade cultural e étnica.

No entanto, é importante destacar que sempre há espaço para aprimoramento. Mesmo com todas as ações realizadas pelo IFTO - *Campus* Colinas do Tocantins, ainda há desafios a serem enfrentados para garantir uma inclusão plena. É necessário fortalecer as políticas de inclusão para estudantes com deficiência, garantindo que eles tenham acesso a todos os recursos e oportunidades oferecidos pela instituição.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão social é um processo complexo e requer a colaboração de diferentes setores da sociedade, incluindo governos, empresas, organizações não governamentais, famílias e a própria comunidade de pessoas com deficiência. A implementação de políticas inclusivas e a construção de espaços acessíveis são importantes medidas para garantir a inserção das pessoas com deficiências em vários setores da sociedade, promovendo o respeito e a valorização da diversidade humana.

Embora se tenha avançado em relação à inclusão de pessoas com deficiência, ainda se precisa aprofundar nessa reflexão e analisar sobre as políticas de inclusão para fazer com que essas pessoas tenham acesso aos direitos garantidos por lei. É fundamental compreender e utilizar tecnologias que possam contribuir com a inclusão de pessoas com deficiência.

Além do esforço no âmbito da educação, a intenção da pesquisa é deixar claro o papel que a sociedade tem pela construção de uma sociedade inclusiva a partir de ações coletivas.

Todavia, esse trabalho visa aprimorar o entendimento sobre a inclusão da pessoa com deficiência no ensino, mostrando que é possível garantir o direito à educação de forma igualitária e inclusiva, contribuindo para o desenvolvimento pleno de cada estudante, o preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Para instaurar uma sociedade verdadeiramente inclusiva, é necessário que haja uma mudança de paradigma em relação às pessoas com deficiência. Em vez de serem vistas como um “peso” para a sociedade, elas devem ser valorizadas por suas habilidades e contribuições únicas. A educação inclusiva é um dos principais meios para alcançar essa mudança, pois permite que as pessoas com deficiência sejam vistas como membros ativos e participantes da sociedade.

As escolas inclusivas também têm um papel importante na formação de cidadãos mais empáticos e conscientes, capazes de conviver com a diversidade e respeitar as diferenças. O desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, aliado a uma educação de qualidade, pode contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Conquanto, é importante reconhecer que a inclusão não se limita apenas às pessoas com deficiência física, mas também se estende às pessoas com deficiência intelectual, sensorial e mental. Cada pessoa é única e tem suas próprias necessidades e habilidades, e é necessário que as políticas inclusivas levem isso em consideração.

Por fim, a inclusão social é um direito humano fundamental e um objetivo que deve ser perseguido por toda a sociedade. É necessário que haja um comprometimento coletivo

para que as pessoas com deficiência sejam incluídas em todas as esferas da vida social, cultural e econômica. Somente dessa forma poderemos construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva, que valoriza a diversidade e garante a todos os cidadãos os mesmos direitos e oportunidades.

Assim, pode-se considerar que o IFTO - *Campus* Colinas do Tocantins tem desempenhado sua missão de contribuir para a inclusão social, por meio de suas práticas educativas.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABNT. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: [https://www.caurn.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-1\\_-03-08-2020.pdf](https://www.caurn.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-1_-03-08-2020.pdf). Acesso em: 05 mar. 2023.

AMARAL, Lígia Assumpção. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, Julio Groppa (org.): Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998. p. 11 a 30.

ARANHA, Maria Salete Fábio. Projeto Escola Viva: garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília: 2005. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf>>. Acesso em: 23/06/2023.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 out. 1989.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Plano de Benefícios da Previdência Social.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC /SEF/SEESP, 1998. 62 p.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Diário Oficial da União. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. MEC/SEESP. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/ SEED, 2008.

\_\_\_\_\_. Resolução CEB/CNE 4/2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. 2009a.

\_\_\_\_\_. Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009b.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015

BERSCH, Rita. Introdução à tecnologia assistiva. Porto Alegre: [Assistiva/Tecnologia da Educação], 2017. 20 p.

BUENO, J. G. S. A educação inclusiva e as novas exigências para a formação de professores. In: Maria Aparecida Viggiani Bicudo; Celestino Alves da Silva Junior. (Org.). Formação do

educador e avaliação educacional. 1ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, v. 2, p. 149-164.

COSTA, S. M. de B. Dignidade humana e pessoa com deficiência: aspectos legais e trabalhistas. São Paulo: LTr. 2008.

CORREA, Y.; MORO, T. B.; VALENTINI, C. B. Tecnologia assistiva na educação inclusiva. Revista Ibero-americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 16, n. esp. 4, p. 2963-2970, dez. 2021. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v16iesp.4.16060>

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. Atendimento Educacional Especializado: pessoa com surdez. Brasília, DF. MEEC, SEESP, SEED, 2007. 45 p. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee\\_da.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_da.pdf) Acesso em: 22/06/2023.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 01/12/2022.

DINIZ, Debora. 2007. O que é deficiência. São Paulo: Editora Brasiliense.

GUGEL, Maria Aparecida. Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

\_\_\_\_\_. A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade. Ampid (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência), 2015. Disponível em [http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD\\_Historia.php](http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php) Acesso em: 23/06/2023.

HENRIQUES, Rosângela Maria. O Currículo Adaptado na Inclusão do Deficiente Intelectual. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/489-4.pdf>. Acesso em: 22/06/2023.

JAEGER, Werner Wilhelm, 1888-1961. Paideia: a formação do homem grego. Trad. Artur M. Parreira. 4ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JORGE NETO, F. F.; CAVALCANTE, J. de Q. P. Estudos dirigidos: Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 1999.

KRONBERG, R. (2010). A inclusão em escolas e classes regulares. In L. Correia (Ed.), Educação especial. Quem disser que uma sobrevive sem a outra não está no seu perfeito juízo. (pp.42-56). Porto: Porto Editora.

LIMA, Terezinha Moreira; SILVA, Maria Jacinta; SILVA, Maria Muniz Marques. Crianças e adolescentes com deficiência: direitos e indicadores de inclusão. São Luís: EDUFMA, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

MANTOAN, MARIA TERESA Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?. São Paulo: Summus, 2003.

MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais /Peter Mittler; Trad. Windyz Brazão Ferreira. - Porto Alegre: Artimed, 2003.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente / Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues, Elisandra André Marante In: Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental / Vera Lúcia Messias Fialho Capellini (org.). – Bauru : MEC/FC/SEE, 2008. 12 v. : il. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/284714615\\_EDUCACAO\\_ESPECIAL\\_HISTORIA\\_ETIOLOGIA\\_CONCEITOS\\_E\\_LEGISLACAO\\_VIGENTE/link/5656912508ae4988a7b44627/download](https://www.researchgate.net/publication/284714615_EDUCACAO_ESPECIAL_HISTORIA_ETIOLOGIA_CONCEITOS_E_LEGISLACAO_VIGENTE/link/5656912508ae4988a7b44627/download). Acesso em 01/05/2023.

MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL. Coordenadoria Nacional para a Pessoa Portadora de Deficiência. Política nacional de prevenção de deficiências. Brasília: CORDE, 1990.

MONTEIRO, Alessandra Andrea. Corporeidade e educação física: Histórias que não se contam na escola! Universidade São Judas Tadeu programa de pós-graduação stricto sensu mestrado em Educação Física São Paulo, 2009

MORAES, M. C. Acessibilidade no Brasil: Análise da NBR 9050. 175f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis, 2007.

NEGREIROS, Dilma de Andrade. Acessibilidade Cultural: por que, onde, como e para quem? Rio de Janeiro, 2014.

PRIETO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. Mantoan, M. T. E. Prieto, R. G.; Arantes, V. A. (Org.). São Paulo: Summus, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SASSAKI, Romeu Kazumi (2010) Inclusão: construindo uma Sociedade para todos (8. ed.). Rio de Janeiro: WVA.

SCHIRMER, C. R.et.al. Atendimento Educacional Especializado: deficiência física. Brasília, DF. MEEC, SEESP, SEED, 2007. 129 p. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee\\_df.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_df.pdf). Acesso em: 22/06/2023.

SCHMIDT, Mário. Nova História Crítica. São Paulo: Nova Geração, 2011.

STRIEDER, Roque; ZIMMERMANN, A inclusão escolar e os desafios da aprendizagem. 2013. Disponível em <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/inclusao-escolar-e-os-desafios-da-aprendizagem/64459> Acesso em: 23/06/2023.

TAMBARA, L. G.; NUNES, L. R. Desenvolvimento de produtos assistivos para pessoas com deficiência: aplicações da prototipagem rápida e da fabricação digital. Revista Tecnologia, Brasília, DF, v. 34, n. 1, p. 31-42, jan./abr. 2013. e-ISSN: 2237-7076.

VIANNA, V. R. RESENDE, A. M. S. Inclusão: processo em construção. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.